



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CONJUNTA - EDUCAÇÃO E CULTURA / ESPECIAL PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0109/12	DATA: 14/03/2012
INÍCIO: 10h10min	TÉRMINO: 13h44min	DURAÇÃO: 03h33min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h33min	PÁGINAS: 79	QUARTOS: 43

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ALOIZIO MERCADANTE – Ministro de Estado da Educação.

SUMÁRIO: Debate sobre as diretrizes do Ministério da Educação para os próximos anos e sobre as perspectivas de implementação do Plano Nacional de Educação 2011-2020.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Muito bom dia a todas as senhoras e a todos os senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Teremos hoje audiência pública com o Ministro da Educação Aloizio Mercadante. S.Exa. falará sobre as diretrizes do Ministério da Educação para os próximos anos, bem como sobre as perspectivas que se abrem com a implementação do Plano Nacional de Educação 2011-2020.

Esta é uma reunião conjunta da Comissão Permanente de Educação e Cultura da Casa com a Comissão Especial que estuda a Lei do Plano Nacional de Educação, que tem o Deputado Lelo Coimbra como seu Presidente, aqui ao meu lado, tendo o PNE como Relator o Deputado Angelo Vanhoni, que também já se encontra à mesa.

É com muita satisfação que convidamos para compor a Mesa S.Exa. o Ministro da Educação Aloizio Mercadante. *(Palmas.)*

Prestigiam esta audiência pública, além dos Deputados que integram a Comissão de Educação e Cultura, Parlamentares de outras Comissões da Câmara dos Deputados, assessores de Deputados e de lideranças partidárias, consultores legislativos que assessoram esta Comissão, assessores parlamentares de órgãos que integram os Três Poderes, representantes de entidades da sociedade civil e de organismos internacionais, bem como o conjunto de autoridades que o Protocolo oportunamente irá anunciar.

Antes de passar a palavra ao Ministro da Educação Aloizio Mercadante, peço atenção a todos para os procedimentos a serem observados durante os trabalhos de hoje.

S.Exa., o Ministro Mercadante, disporá de 1 hora para fazer a sua apresentação. Caso seja necessário, esse tempo poderá ser prorrogado por mais 15 minutos.

Terminada a alocação, os Srs. Parlamentares poderão tecer comentários e efetuar perguntas acerca dos assuntos tratados pelo Ministro. Essa intervenção será de no máximo 5 minutos, sem concessão de tempo adicional.

A abertura da lista, que já está passando entre os colegas, será precedida das perguntas a serem formuladas pelo Presidente da Comissão Especial do PNE,



Deputado Lelo Coimbra, e, logo a seguir, do Deputado Angelo Vanhoni. Aí, sim, daremos início à chamada dos colegas Deputados e Deputadas que estão se inscrevendo.

Cada orador será chamado pela ordem de inscrição constante da folha que a Secretaria da Comissão já está fazendo circular nesta sala.

A Mesa sugere que S.Exa. o Ministro Mercadante se dirija a seus interlocutores a cada bloco de cinco participações. Esse arranjo, contudo, pode ser modificado da forma que o Sr. Ministro julgar mais conveniente.

Independentemente da proposta que vier a ser adotada, S.Exa. terá 1 minuto para se reportar a cada orador que lhe dirigiu a palavra.

É com imensa satisfação... E já cumprimento o Ministro Aloizio Mercadante pelo trabalho extraordinário que fez como Ministro da Ciência e Tecnologia e Inovação, ao longo do primeiro ano do Governo da Presidenta Dilma, trabalho que o credenciou para assumir a Pasta da Educação no nosso País. Quero, com muita alegria e com muita honra, passar-lhe neste momento a palavra.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE - Bom dia a todos e a todas.

Quero inicialmente saudar o Deputado Newton Lima e desejar uma gestão de êxito, e tenho certeza que assim será. Ele foi Reitor da UFSCAR — Universidade Federal de São Carlos, Presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Carlos. Juntos, em 1980, nós participamos da fundação da ANDES — ele era Secretário Geral, eu era Vice-Presidente. Estamos nos encontrando aqui, 32 anos depois, ele, como Presidente da Comissão de Educação da Cultura, e eu, Ministro da Educação. Portanto, é uma longa história de convivência e de aprendizado mútuo.

Quero saudar Angelo Vanhoni, Relator do Plano Nacional de Educação, também Parlamentar de grande dedicação a essa causa. Junto com o Deputado Lelo, Presidente da Comissão, eles fizeram trabalho extraordinário, percorrendo o Brasil, mobilizando a sociedade, as entidades, ouvindo, acolhendo, para que tenhamos êxito na definição desse plano.

Eu começaria pelo PNE, dizendo que ele é absolutamente estratégico ao Brasil e é muito importante que a Câmara o vote o mais brevemente possível,



porque este é um ano eleitoral e, quanto mais próximo da eleição, mais difícil será a pauta legislativa. Muitos dos Parlamentares serão candidatos, todos estarão envolvidos com as campanhas e é difícil, especialmente no segundo semestre, nós conseguirmos votar matérias estruturantes e complexas. E como ainda tem de passar pelo Senado Federal, V.Exas. todo o apoio do nosso Ministério para aprovação do Plano. Espero que possamos construir uma grande solução, um grande pacto nacional em torno dessas diretrizes, que são essenciais para a expansão e para a qualidade da educação no Brasil.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu vou começar a minha apresentação dizendo que estamos distribuindo às escolas 60 mil projetores iguais a este que estou usando. É um projetor com *wi-fi*, com um HD, em que se pode usar *pen drive* e, portanto, fazer-se interconexão em tempo real *on line* com a Internet. Vamos começar a distribuição pelos professores do ensino médio. Ao longo deste ano, até 600 mil professores, porque alguns Estados já o fizeram, nós estaremos distribuindo um *tablet* como este. Com isso, esperamos estimular melhoria no processo educacional, fazendo o ensino médio mais interativo, mais criativo, com ambiente de Internet e com uma lousa interativa, porque aquela lousa é interativa. Portanto, todos os professores poderão preparar as suas aulas usando a Internet e, usando a lousa digital, levar toda a sua pesquisa para o ambiente da sala de aula. Voltarei a esse assunto mais à frente.

Aqui eu simplifiquei as diretrizes fundamentais, mas eu começaria dizendo que toda a nossa gestão estará ancorada no PNE. Educação é política de estado, não é apenas política de governo, muito menos política de ministro. Nós temos de ter um grande pacto republicano suprapartidário não só em relação às metas, mas na relação entre o Ministério, Estados e Municípios.

Então, estamos partindo das definições que nós temos hoje no PNE e aguardando a votação final, porque é o Poder Legislativo que vai estabelecer as exigências, as metas e as diretrizes. É a partir dela que nós estamos inspirando a nossa gestão.

Eu vou começar, portanto, pelo ensino infantil. De 2000 a 2010, tivemos avanço bastante interessante no que se refere à taxa de atendimento no ensino



infantil. Tínhamos o patamar de 9,4% de creches e 51,4% de pré-escolas. Em 2010, 23,6% de creches e 80,1% de pré-escolas.

Em 2011, o PROINFÂNCIA passa a compor o PAC 2. Portanto, ele é eleito como programa prioritário nos investimentos do Governo.

A meta 2011-2014 é a construção de 6 mil creches e pré-escolas. Em 2011 foram aprovados e conveniados valores de 1,5 bilhão de reais. O custeio da creche ou da pré-escola está assegurado nesse financiamento. A nossa meta para 2012 são 1.500 novas creches e a utilização de novos métodos construtivos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Estas aqui são as creches que nós temos. São algumas imagens para vocês verem a qualidade do ambiente e o tamanho e a estrutura das creches. É um trabalho bastante interessante em vários Estados da Federação — estou mostrando imagens de vários Estados. Mas nós temos ainda um problema. *(Pausa.)*

Nós temos agora a seguinte situação das creches: 4.050 creches foram contratadas pelo MEC. Quando contratamos a creche, nós adiantamos 20% do valor financeiro. Quando a Prefeitura termina o processo licitatório, nós adiantamos 50% da construção. Quando ela constrói 50% da creche, pagamos integralmente o valor a ser construído. Quando atinge 80% da construção, recebe todo o mobiliário adiantado. Portanto, não há nenhuma restrição financeira no programa e o financeiro está muito à frente do processo construtivo. Qual é a dificuldade desse programa? Nós temos em planejamento e em processo licitatório 1.870 creches. O processo licitatório das creches, que é feito pelos Municípios, está demorando em torno de 6 meses. Eles aderem ao programa e a licitação é de responsabilidade do Município. Eles têm de ter o terreno e há uma série de exigências. A licitação é de integral responsabilidade do Município.

Em construção há 1.815 creches. Cancelamos, devido a problemas de documentações, de licitações e de outras naturezas, a construção de 51 creches. Concluídas, 314; em funcionamento — aquelas que mostrei —, 292 creches. Qual é a preocupação do MEC?

Qualquer um pode visitá-las para ver que a avaliação dos pais, dos professores e da comunidade é a melhor possível em relação à qualidade das creches, ao ambiente e às exigências do projeto implementado. A dificuldade é que



a construção civil está muito aquecida. As *performances* das empresas estão lentas. Estamos demorando 6 meses para licitar e em torno de 2 anos e meio para construir uma creche.

Hoje, o esforço do Ministério é no sentido de tentar desenvolver novos métodos construtivos que permitam acelerar esse processo e, portanto, oferecer novos métodos de engenharia para a construção de creches, desde que assegurada a qualidade nesse processo.

O INMETRO é nosso parceiro. Estamos estudando várias opções, a fim de verificarmos clima, estrutura, resistência dos materiais, segurança, enfim, todas as exigências a serem atestadas pelo INMETRO, e, por seu intermédio, tentaremos acelerar o processo de construção. Portanto, não existe, da parte do MEC, nenhuma dificuldade, adiantando recursos financeiros, pesquisando novos métodos construtivos. Todavia, há dificuldade real do ponto de vista das Prefeituras de performar, porque são muitos programas: Minha Casa Minha Vida, obras na construção civil, setor imobiliário aquecido. Há pressão no mercado de trabalho e dificuldade operacional efetiva em relação a essas metas.

O programa que trata das primeiras creches foi lançado em 2006. No PAC II, ampliaram-se as metas e a perspectiva de ampliação.

Em relação ao ensino fundamental, evoluímos muito positivamente. O Governo Fernando Henrique Cardoso tinha dado contribuição importante em termos de expansão das matrículas. Foi um período de forte expansão das matrículas. Em 2003, 93,8% dos alunos estavam matriculados.

O Governo anterior contribuiu na construção do FUNDEF, instrumento muito importante para o fortalecimento do ensino fundamental, e no desenho de alguns métodos de avaliação que ajudaram a definir a qualidade do processo da educação e a avaliar a educação pedagógica.

A partir desse período foi feito grande esforço no sentido de serem ampliadas as matrículas. Chegamos a 95,3%. Cada vez é mais difícil atingir, porque há exigências específicas — falarei delas depois.

Conseguimos também avançar na mudança do FUNDEF para o FUNDEB, que tem maior abrangência e forte ampliação dos recursos para a educação. O Ministério da Educação tinha em torno de 23 bilhões de reais e hoje tem 85 bilhões



de reais de orçamento. Então, houve aumento dos investimentos e esforço em termos de avaliação do ensino, especialmente o IDEB. Com isso, buscamos melhorar a qualidade do ensino.

Portanto, esse é o cenário do ensino fundamental. O IDEB teve evolução favorável ao longo dos últimos anos. Desde o Governo anterior foi feito grande esforço de melhoria da qualidade para ser possível atingir as metas que o PNE definirá.

Quando analisamos o número de crianças não alfabetizadas até 8 anos de idade, o primeiro ciclo, vemos que houve evolução importante na década. No Nordeste, 39,8% das crianças não eram alfabetizadas na escola até 8 anos de idade.

Apesar de todo o esforço, ainda 25,4% das crianças não são alfabetizadas no primeiro ciclo. Na Região Sul, 5,6% apenas das crianças não são alfabetizadas. Então, há grande desigualdade e desequilíbrio na situação da alfabetização no País.

Quando olhamos o mapa, verificamos que o Nordeste, o Norte e parte do Centro-Oeste têm grande distância especialmente em relação ao Sul, e, em certa medida, ao Sudeste. Portanto, é um desafio. Discutíamos, na semana passada, com o Conselho Nacional de Secretários de Educação — CONSED que precisamos estabelecer um pacto em torno do Programa Alfabetização na Idade Certa. Convidamos para participar da definição final desse programa todos os Secretários de Educação, a fim de que possamos atacar essa questão central para a melhoria da educação no Brasil.

Se uma criança não for alfabetizada nessa fase, sofrerá séria defasagem de idade ao longo do processo. Geralmente, quando essa criança chega ao ensino médio, ela acaba abandonando a escola. A taxa de evasão é muito maior. Se ela não dominar as primeiras contas, a leitura e a redação, dificilmente terá uma evolução no processo de aprendizado. Portanto, o Programa Alfabetização na Idade Certa tem de ser grande prioridade nacional. Não vamos poupar esforços para atacar esse desafio

O desenho do programa é produzir material pedagógico selecionado com rigor, respeitando a autonomia dos Municípios, que é o fundamental dessa rede; é reforçar a formação continuada dos professores — não basta o professor fazer o



curso de Pedagogia e não ter experiência pedagógica concreta em sala de aula. Então, a formação continuada é indispensável para que haja avanço no processo de alfabetização. Fazer gestão pedagógica e o monitoramento permanente desse programa; mobilizar a comunidade escolar — eu diria o País, e espero que a Câmara seja parceira diante desse grande desafio —, e realizar avaliações quando a criança faz 7 ou 8 anos, para verificar o grau de letramento. Por quê? Quando são avaliadas no 7º ano, ainda haverá tempo para recuperar as crianças que não estão preparadas para o 8º ano.

Vamos lançar incentivos para as escolas e as equipes que mais avançaram. Um das nossas propostas nessa direção é lançar, a exemplo do Programa Ciência sem Fronteiras, o Programa Escola Sem Fronteiras. Ou seja, seria um grande programa de bolsas de estudos para os professores da rede, especialmente da alfabetização, para que possam ter a chance de visitar e fazer estágio nas melhores escolas do Brasil, inclusive em escolas internacionais — temos programa de bolsa internacional —, para que se motivem na rede, sejam reconhecidos e tenham novos instrumentos de formação, motivação e valorização.

Se equacionarmos a alfabetização na idade certa, daremos salto extraordinário em toda a rede, porque os alunos irão com melhores condições para os ciclos finais e, posteriormente, para o ensino fundamental.

Outro desafio que ainda não mencionei e que está associado a essa perspectiva é aprimorarmos o IDEB, índice de avaliação do INEP, muito importante para a análise sistêmica da qualidade de ensino, especialmente na 5ª série e na 9ª série.

Solicitamos ao INEP e iremos introduzir ciências na avaliação. Além de português e matemática, mais um elemento será ciências. Faz parte do PISA. E precisamos de mais foco em ciências e nas áreas tecnológicas. Hoje temos de ser competitivos e ter capacidade de inovação.

O principal programa educacional da gestão do Presidente Obama é educar para inovar. Há uma série de iniciativas em conjunto. Precisamos dar mais ênfase à formação em ciências. Inclusive discutimos a criação de laboratórios de ciências para que as crianças possam pôr a mão na massa. Não é só ouvindo que se



aprende ciências. Você tem de aprender a fazer, tem de ter interatividade. Precisamos estimular o ensino e fortalecer o ensino de ciências na rede.

Para contribuirmos decisivamente com o esforço de melhoria do ensino fundamental, devemos caminhar na direção da educação integral. O instrumento mais importante de que dispomos hoje é o Programa Mais Educação, a ideia de uma escola integral, de aumentar a jornada escolar.

Então, temos as disciplinas obrigatórias. No contraturno, os alunos terão de desenvolver essas disciplinas, mais dez macrocampos complementares — cultura, teatro, esporte —, enfim, um conjunto de outras atividades, respeitando as realidades, as vocações regionais, para que as crianças se motivem para a escola e desenvolvam outras habilidades e capacidades, sempre priorizando o acompanhamento pedagógico e a formação em português, matemática e ciências.

Esse programa também está articulado com as situações para ampliar o território educacional no Município, usar os equipamentos, para que possamos estender o espaço da escolas. Temos desafios de infraestrutura das escolas, melhoramos a alimentação escolar e temos um currículo integrado.

A nossa meta para 2014 era de 32 mil escolas, mas estamos antecipando para este ano 30 mil escolas.

Aproveito a oportunidade para lembrar que o edital do Mais Educação está aberto até 30 de março de 2012. Nós queremos mais 10 mil escolas urbanas — vamos depois falar das escolas rurais. Queremos atingir 5 mil escolas rurais neste ano. Há espaço no edital que está aberto no *site*. Portanto, as Prefeituras com as quais os Parlamentares tiverem relações devem ser estimuladas, pois é um programa muito interessante e com resultados os mais promissores que podem nos ajudar muito a melhorar a qualidade no ensino fundamental.

Esporte na escola. Estamos trabalhando juntamente com os Ministérios do Esporte e da Defesa. Pensamos em grande olimpíada educacional e esportiva e em criarmos programa de fortalecimento dessas atividades.

Precisávamos trabalhar a ideia da Copa e da Olimpíada para além da discussão se o estádio está pronto, qual é o acesso ou qual é o dia do jogo. O que fica como herança. Talvez a melhor herança, dessas oportunidades é criarmos um espírito olímpico na sala de aula, dentro das escolas, para que as crianças



praticuem mais esportes, sejam motivados a usar a escola como grande espaço de articulação e fomento dos esportes no Brasil.

O Ministério do Esporte está de acordo com essa diretriz. O Ministério da Defesa também tem muita capacidade de mobilidade, de articulação. E estamos trabalhando nessa direção.

Uma das contribuições do Ministério é a contratação. No ano passado, foram 1.564 quadras. Em 2012, estamos prevendo 1.526 novas quadras poliesportivas e 1.500 coberturas em quadras poliesportivas. A meta, portanto, é de 6.116 construções e 4.000 coberturas até 2014. Isso para fortalecer o esporte.

Nosso outro programa, que é a Meta 8 do PNE, é a educação no campo, o PRONACAMPO.

Os dados da educação no campo falam por si só. Apenas 6,9% das crianças estão em creche; apenas 66,8% estão na pré-escola; só 91,9% no ensino fundamental; só 18,4% estão no ensino médio. É verdade que uma parte dos jovens do campo vão estudar na cidade, mas há uma evasão muito grande do ensino médio no campo.

O EJA fundamental e médio também tem uma participação bastante pequena. Quando olhamos a infraestrutura das escolas, o quadro é mais dramático. Sem PROINFA, 67% das escolas não têm equipamento de computação no campo; sem a Internet, 90%; sem banda larga, 94%; sem energia elétrica, 15%; sem água, 10%; sem esgoto sanitário, 14%.

O campo brasileiro hoje é a segunda agricultura do planeta. Somos o segundo país que mais produz alimentos. O superávit comercial do Brasil vem fundamentalmente da agricultura. E estamos assistindo a um esvaziamento demográfico do campo. A escola tem papel fundamental para repensar o lugar do campo e dos trabalhadores do campo. Se tivermos escola de mais qualidade, voltada para as raízes do campo, para a terra... O universo desses jovens é predominantemente urbano. Quando ele liga a televisão, o que ele vê é a imagem da cidade. Quando ele ia para a escola, o que ele tinha era o material pedagógico urbano.

Toda a produção didática para o ano que vem já está contratada. Serão livros e todo o material didático voltados para a educação rural.



Estamos lançando o PRONACAMPO nos quatro eixos. Primeiro: gestão e prática pedagógica. Todo o material didático e pedagógico específico para o campo será todo voltado para essa população, para esse universo cultural.

Vamos ampliar o Mais Educação, que não estava no campo e esse ano já está com 5 mil escolas. Vamos criar também um programa específico para a Escola da Terra e Escola Quilombola, para as comunidades quilombolas, onde há as maiores deficiências de acesso à escola, além de grande programa de formação iniciada e continuada dos professores, o estímulo a pós-graduação para os professores, já volto a isso, o lançamento do PRONATEC campo. Para pegar os arranjos, fizemos trabalho com a EMBRAPA, identificando quais são as principais cadeias produtivas agrícolas, quais são os setores portadores de futuro em cada região, quais são os arranjos produtivos do campo, para ver qual o perfil tecnológico de mão de obra que temos que formar e construir programa de formação do PRONATEC voltado ao impulso dessas atividades do campo, bem como fornecer a infraestrutura física, que é enfrentar aqueles dados que dei a respeito de luz, água, saneamento, reformas e transporte escolar — o caminho escolar é fundamental para melhorarmos a qualidade desse processo.

O PRONACAMPO deve ser lançado em março. Ele já está pronto. Fizemos uma discussão com todos os entidades sociais do campo, CONTAG, CNA, MST, enfim, com todas as instituições, sindicatos e movimentos do campo, buscando um grande entendimento em torno desse programa. Acho que teremos uma resposta nova e criativa para o reconhecimento de um direito essencial.

Não vou me estender por causa do tempo, mas, se quiserem, volto depois ao PRONACAMPO. Por exemplo, tínhamos 35 mil escolas sem luz, hoje temos 11 mil. Queremos assumir o compromisso de universalizar o acesso à energia de 2.500 escolas por ano, até o final do Governo.

Agora é cada vez mais difícil: as escolas estão cada vez mais longe na Amazônia, a distância geográfica é mais complicada, há falta de estrutura. Há também o problema das escolas multisseriadas: 22% das matrículas no campo são multisseriadas, especialmente o primeiro ciclo. Estamos fazendo um programa de formação desses professores específico para esse trabalho, buscando atender essa



condição e também criando um mecanismo que evite o fechamento de escolas sem a discussão da comunidade.

Nos últimos 5 anos, 13 mil escolas foram fechadas no campo brasileiro. Estamos criando uma mudança na lei para que o Prefeito tenha que discutir no Conselho Municipal de Educação o eventual fechamento e sua justificativa, para que estabeleçamos alguns critérios. Às vezes há realmente esvaziamento, mas não pode haver fechamento de escola para reduzir custos.

A criança que tem que pegar uma condução que percorra 100 quilômetros em estrada de terra de manhã para ir à escola e outros 100 quilômetros depois do almoço para voltar para casa não tem um processo de aprendizagem adequado.

Vamos, portanto, também construir escolas. Temos um projeto de construção que prevê vários módulos e até mesmo, quando necessário, alojamento para professor e aluno, buscando, especialmente no campo, avançar na escola de tempo integral, o que seria muito mais eficiente para esses jovens, porque o transporte é muito difícil nessas regiões: se o aluno ficar o dia inteiro na escola, ele vai ter um crescimento muito maior, e seguramente no futuro o campo vai agradecer, e o Brasil também.

Em conversa certa vez com o Prof. Adib Jatene, ele me informou de um dado que merece reflexão. A França tinha, em 1890, 33 milhões de habitantes; hoje, tem em torno de 63 milhões de habitantes. São Paulo tinha, em 1890, 45 mil habitantes; hoje, está chegando a 12 milhões. Tivemos um processo de urbanização muito acelerado e não podemos ter como perspectiva, num país como o Brasil, um caminho semelhante ao dos Estados Unidos, em que só 2% da população estão no campo produzindo alimentos. É possível? Sim, com tecnologia se faz isso. Mas é muito mais inteligente para o Brasil ocupar o território desconcentrando, valorizando as comunidades rurais, os Municípios do campo. E, nesse sentido, uma educação de qualidade voltada para o universo do campo pode ajudar muito, mesmo porque o Brasil tem a obrigação de fazer pelo campo o que ele faz pelo Brasil.

Relativamente ao ensino médio, o maior problema é que, apesar de termos uma taxa de escolarização elevada, a defasagem de idade é muito alta: só metade dos alunos está na idade correta no ensino médio.



São, na verdade, dois os problemas: com o mercado de trabalho aquecido, os jovens estão saindo da escola; os jovens de famílias desestruturadas não fazem o que não querem e, se a escola não lhes agrada, eles vão simplesmente embora. Precisamos olhar para essa população e repensar o ensino médio no Brasil.

Um dos programas em que estamos trabalhando para dar esse salto é o ensino médio Inovador. Praticamente todos Estados estão repensando o currículo do ensino médio e elaborando propostas, e até o final de abril teremos todas elas. Estamos trabalhando junto com os Estados para construir um modelo de ensino mais criativo, mais motivador, mais aberto, mais flexível. Nosso grande projeto, em parceria com os Estados, é que 2 mil escolas experimentem a nova concepção curricular até o final do ano.

O Jovem do Futuro é uma parceria com o Instituto UNIBANCO, já presente em vários Estados de todas as regiões do País, por meio da qual promovemos a formação especializada.

Nós vamos distribuir para o PRONACAMPO 8 mil ônibus escolares. Estamos acelerando o programa de transporte escolar, porque é um direito do jovem chegar à escola em melhores condições. Outro dia eu ouvi uma matéria dando conta de que, em cidade aqui perto de Brasília, as crianças acordam às 4h30m da manhã para poderem chegar à escola em tempo. O transporte é um direito essencial para se ter uma educação de qualidade. Nós vamos fazer um grande esforço, assim como os Estado e os Municípios, para acelerar o processo de distribuição dos ônibus.

Na reunião, quinta-feira passada, com a Governadora Rosalba, do Conselho de Secretários Estaduais da Educação, em Natal, nós fizemos o lançamento do programa que distribuiu de 130 ônibus para as Prefeituras do Estado, em parceria com o Estado. Queremos ampliar essas parcerias e buscar o apoio das bancadas. Nós temos várias emendas direcionadas a esse programa, ao qual queremos dar muita agilidade.

E há uma série de novos equipamentos que nós vimos distribuindo, sempre por ata de preço. O *tablet* que nos vamos distribuir saiu por 278 reais — 23 empresas participaram da licitação —, o que representa metade do custo da assinatura de um jornal. E, ao distribuir o *tablet* para melhorar o ensino médio, nós vamos colocar nele todas as aulas do Prof. Khan, o indiano que faz sucesso mundial



com suas aulas de 10 minutos e seus exercícios: o aluno faz os exercícios, não conseguiu resolvê-los, o *software* então diz qual a aula que o aluno tem que rever. A Fundação Lemann, em parceria com o MEC, está traduzindo os conteúdos de Português, Matemática, Química e Física, e vamos disponibilizar essas aulas no portal.

Os professores terão 15 mil aulas no Portal do Professor, e aquelas que ele quiser utilizar poderão ser encaminhadas ao Comitê, que autorizará sua disponibilização na rede. Vamos colocar todos os educadores, todos os grandes pensadores em Educação, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, nessa coletânea.

Vamos colocar igualmente os principais periódicos e revistas especializadas, para os professores terem mais informações. Vamos colocar os portais estaduais. Por exemplo, o Rio de Janeiro tem um excelente portal, o Educopédia, que vai estar disponível para o professor.

Enfim, o professor vai dispor de todos esses equipamentos. Esperamos distribuir, até o final do ano, o Programa Educação Digital para todos os professores.

Já oferecemos curso de informática básica para 320 mil professores, e vamos agora reforçar o trabalho de informação para a educação digital. Eu sei que esse é um tema polêmico, mas faço a seguinte reflexão.

O quadro-negro é um instrumento pedagógico do século XVIII, criado em torno de 1760 por um professor de Geografia, e está aí até hoje. Os professores, nós aqui desta sala, somos do século XX; os alunos são hoje predominantemente do século XXI. Nós somos analógicos; eles são digitais. Nós somos imigrantes digitais, eles são nativos digitais. Por que nós optamos começar pelo professor e pelo ensino médio? Primeiro, porque o nó está no ensino médio: a evasão está no ensino médio, a defasagem idade/série está no ensino médio, a rebeldia está no ensino médio. Portanto, se nós dermos aos professores meios de pesquisar na Internet os melhores elementos para uma aula mais criativa, nós vamos melhorar o ensino médio. Dirão alguns que nem todos os professores vão aprender a lidar com o instrumento. Seguramente nem todos vão aprender, mas é o instrumento mais amigável, o mais simples que nós temos. Também estamos pensando também em



colocar na escola um estagiário em TI por projetor, para ajudar o professor a preparar a aula.

Agora, faltam professores de Matemática, Física e Química no Brasil. Como vamos responder a isso a curto prazo? Evidentemente já temos um programa para formar mais matemáticos, físicos e químicos, mas, a curto prazo, precisamos dar aos jovens de hoje uma escola melhor, e trazer o melhor da Internet para a sala de aula seguramente é melhorar a qualidade do ensino.

Mostro aos senhores como funciona nossa lousa interativa. Aqui está o Portal do Professor e aqui temos uma aula sobre mudanças climáticas — quem quiser pode depois estudar a Teoria de Milankovitch, como funciona a órbita terrestre e como ela impacta o aquecimento global. Bem, o professor pode desenhar isso no quadro-negro, mas se ele tiver isso pronto, ele vai dar uma aula muito mais interessante e com muito mais mobilidade. O mesmo se pode dizer de uma aula sobre o corpo humano ou sobre geografia terrestre, no caso com a ajuda do *Google Maps*.

Outra questão que eu levanto para aqueles que resistem a essa ideia: alguém nesta sala conhece filho de empresário ou de profissional de classe média que não tenha computador em casa e que já não saiba navegar na Internet?

Se não agirmos, vamos criar um *apartheid* digital no Brasil. Quem mais precisa são os pobres, os jovens da periferia, que recorrem às *lan houses* para descobrir a Internet. E nós somos o terceiro país onde mais se vendem computadores no planeta. A escola tem que participar desse esforço, tem que preparar os jovens para o futuro. A escola tem que estar aberta, o professor hoje tem que ser uma antena parabólica, tem que estar atento às mudanças e às informações, porque os jovens estarão.

Como nós vamos melhorar o ensino no Brasil com um professor que não pode entrar no *Google*? Não entra no *Google*? Agora me digam qual é a objeção para gastar 278 reais com um professor? Qual é a verdadeira objeção, se não for um preconceito ideológico profundo. Qualquer profissão hoje em que se ingressar, aqui há vários Parlamentares com seus *tablets* na mão, se você entra num escritório de arquitetura, hoje não se usa mais prancheta nem régua T, é um CAD, é um computador. Se pega um ferramenteiro, o terminal é um computador. Se vai a um



escritório de advocacia, as procurações, e todo o material está lá dentro do computador, ele só troca o nome do cliente, evidentemente, *data venia*, com todo o respeito, mas ele tem tudo informatizado ali, os modelos processuais. Se você vai a um escritório de contabilidade, a mesma coisa. Por que o professor não tem o direito de participar desse mundo novo que está chegando? É só olhar o mundo, o que está acontecendo lá fora. A Europa definiu, na Estratégia de Lisboa, que a prioridade número um da Europa era prepará-la para a sociedade do conhecimento. Prioridade número um. E dentro da prioridade número um, a inclusão digital é a prioridade número um, porque eles entendem que a Europa não tem recursos naturais para ser competitiva, a história está demonstrando que eles tinham razão, e só será competitiva se se preparar para a sociedade do conhecimento.

Nós somos hoje a sexta economia do mundo. Somos a segunda agricultura do mundo. Somos o País que mais exporta alimentos no mundo, seremos grande exportador derivado de petróleo, somos um grande exportador de minério. Agora, o Brasil não pode se acomodar em ser um produtor de *commodities*, e mesmo ser um país rico, é um país sem pobreza, — e essa será uma meta fantástica para a história do Brasil — nós só seremos um país desenvolvido o dia em que tivermos educação de qualidade para todos. Então, esses instrumentos, nós acreditamos, darão um salto importante no processo educacional. Junto a eles, a informatização dos alunos.

Nós estamos fazendo uma prova de conceito: cinco municípios por estado, aquele programa um computador por aluno; em cinco municípios, computador total. Criamos 27 grupos de pesquisa para acompanhar a experiência por um ano. Fizemos seminário na semana retrasada, dois dias com os pesquisadores. A avaliação é altamente positiva em relação ao Programa PROUCA. Nós estamos terminando o relatório, os senhores receberão, com todos os pesquisadores que estão participando em relação à motivação dos alunos, mais criatividade, mais interesse pela sala de aula. Agora, alguns professores estão sendo atropelados pelo processo, previsivelmente atropelados. Por isso, estamos começando no Ensino Médio pelo professor. Se o professor dominar o processo, a lousa digital e o *tablet*, ele vai ter mais liderança e mais segurança. Agora, a tecnologia não é um fim em si mesma. Ela é um instrumento para melhorar a relação professor/aluno. Nada



substitui o professor na sala de aula. Então, esse é um programa ao qual estamos dando importância.

Em relação à formação e valorização dos professores, eu queria destacar que 1 milhão e 300 mil professores têm ensino superior, 623 mil não têm, e 12 mil só têm o ensino fundamental. Então, nós temos um grande desafio: em 2 milhões de professores, 623 mil não têm ensino superior. Há 350 mil professores da educação básica cursando o ensino superior. Com as universidades abertas, programas de estímulo e as bolsas da CAPES, estamos fazendo grande esforço para que eles estudem. E é muito importante que, junto com isso, tenhamos a formação continuada, que é a prática pedagógica completa na sala de aula, para fortalecer esse trabalho de formação. O programa Escola sem Fronteiras, que estimula a formação e dá bolsas para que eles tenham experiências pedagógicas mais motivadoras, vai fazer parte desse esforço.

Agora, quero terminar falando sobre formação e valorização dos professores. Então, temos um grande desafio, Deputado Newton Lima, e espero que a Comissão ajude muito nisso. As universidades públicas do Brasil têm que assumir com mais compromisso a escola pública e a rede básica. Não é possível o esforço que o País faz para criar uma universidade pública. É evidente que eles têm demanda do setor empresarial importante, em termos de inovação, têm estímulo do mercado de trabalho, mas a universidade pública tem que se debruçar com mais responsabilidade sobre a rede de ensino básico do País, na formação dos professores e no acompanhamento pedagógico, em todos os níveis.

Por quê? Muitos países deram salto de qualidade exatamente quando essa relação mudou. Então, queremos trabalhar isso com muita atenção junto à ANDIFES e aos institutos federais de educação, buscando uma integração orgânica, sistêmica, permanente, para que as redes municipais estaduais tenham, nas universidades públicas, uma grande âncora para melhorar a qualidade e a formação dos professores.

Hoje só 16% dos professores da rede saem das universidades públicas. Quem forma os professores hoje é basicamente a rede particular. Então, as universidades precisam ter isso como um programa estratégico.



Por exemplo, quando analisamos o programa de formação de professores, doutorado ou mestrado, não é área prioritária nas agências de pesquisa do Brasil. E alguém me diga por que não é prioridade nas área 3 e 4. Por que não é prioridade, nas agências de pesquisa, a graduação, o doutorado e o mestrado de um professor da rede? Então, queremos mudar essa relação e dar muita importância a essa discussão.

Em relação ao piso salarial, o piso do magistério este ano foi reajustado em 22,22% e passou a 1.451 reais. Essa é a história recente do piso. Eu quero lembrar que ouvi declarações inclusive de que foi o Ministro que impôs esse reajuste. Não. Quem decidiu essa legislação foram a Câmara e o Senado. O piso foi aprovado por unanimidade. Todos os partidos têm igual responsabilidade por tudo o que representa a elevação do piso. Isso foi em meados de 2008. A arguição de inconstitucionalidade foi derrotada no Supremo Tribunal Federal.

Bom, quem faz a lei cumpre a lei. A responsabilidade do MEC era divulgar os parâmetros, e nós divulgamos em fevereiro. Falei com a CNTE que o faria — está aqui o Presidente da CNTE, Leão, a quem saúdo —, falei com todos os Governadores do País. Nós ligamos, e eu falei com quase todos pessoalmente. Com alguns, o Secretário-Executivo Paim falou. São 27. Falamos com a UNDIME, com a Frente Nacional de Prefeitos, com a Confederação Nacional de Municípios, avisando o valor e o reajuste que nós teríamos.

Nós reconhecemos, e acho que todos desta sala, que para alguns Municípios e alguns Estados a grande questão será a reforma da carreira. Vamos ter que reestruturar a carreira do magistério para absorver o piso. Mas é evidente que é um reajuste forte. Agora, é um reajuste dado, um reajuste para o ano de 2012, definido numa lei que estava vigente. Portanto, a lei não pode retroagir para prejudicar. Isso é matéria vencida. Falei isso para os Secretários de Educação, na reunião que tivemos.

O que o Congresso pode discutir qual será o futuro reajuste a médio e longo prazos.

Agora, quanto à posição do MEC, nós podemos pensar novos mecanismos de reajustes, mas tem que ser reajuste que assegure crescimento real do piso. Por quê? (*Palmas.*) Por tem que crescer? Porque é evidente que tem que ter um



esforço muito grande, gente. O MEC não pode ficar numa posição confortável, quando os Prefeitos e Governadores estão com dificuldade. Não queremos essa posição confortável.

Agora, o piso tem que continuar crescendo a médio prazo. Por quê? Porque ele é um ingresso para a carreira. Se nós queremos melhorar a educação no Brasil, os melhores profissionais têm que ser atraídos por essa profissão, têm que ser motivados por essa profissão, senão não vamos ter educação de qualidade. Porque apesar de todo esforço, estamos com um pouco mais de dois salários mínimos para os professores. É esse o valor do piso que está aí.

Então, esse esforço tem que ser de todos os entes, e nós queremos construir esse caminho.

Em relação à jornada, a lei também estabeleceu um terço da jornada como hora-atividade. Aí eu tenho uma divergência com o movimento sindical — do movimento sindical não, talvez com algumas concepções sindicais. Qual é a divergência? Um terço da jornada não pode ser entendida apenas como reivindicação sindical corporativa. Não é isso. A hora-atividade tem que ser entendida como parte de um projeto pedagógico para melhorar a escola pública. O nosso objetivo é a vida do estudante na sala de aula.

Então, a hora-atividade tem que ser desempenhada para formação do professor, para atendimento dos alunos, para avaliação. Porque aí vale a pena investimento da sociedade.

Se eu transformo um terço da jornada em hora-atividade, isso vira um novo contrato do professor numa escola do outro lado da rua, se ele é municipal, ele vai para estadual, vai para o setor privado, qual é a melhora na educação? Nós estamos tentando melhorar o salário sem resolver o problema de fundo.

Então, discussão da jornada tem que ter negociação de como é que isso vai ser implantado e tem que estar vinculado ao projeto pedagógico. Essa é uma discussão muito importante que os sindicatos contribuam, porque é uma reivindicação relevante. Não temos como fazer formação continuada se o professor está sufocado pela jornada de trabalho. Então, esse um terço da jornada é para melhorar o ensino e tem que ser entendida nessa condição.



Em relação ao Brasil alfabetizado, nós tínhamos 16,6% da população com mais de 5 anos analfabeta. Agora, qual é a dificuldade de nós erradicarmos o analfabetismo no Brasil? A média de idade nas cidades desta população é 56 anos; no campo é 53 anos; no Brasil é 54 anos.

Então, é uma herança do passado, que, felizmente, acho que o esforço dos Governos recentes — e aqui novamente falo: o Governo Fernando Henrique Cardoso, o Governo Lula, o esforço todo de ampliar as matrículas, melhorar a qualidade de ensino, de avançar o sistema educacional, FUNDEF, FUNDEB — todo esse esforço histórico está melhorando o sistema, está reduzindo o analfabetismo adulto. Agora, não é fácil atingir essa população. É um trabalhador do campo que está o dia inteiro com a enxada, está com 53 anos em média. Então, a primeira providência que nós estamos tomando é o Programa Olhar Brasil, junto com o Ministério da Saúde.

Ou seja, se não der óculos — é só olhar aqui para nós, tirando as senhoras que são muito mais jovens evidentemente, mas aqui os demais, com raras exceções, o Biffi é muito mais jovem, seguramente, mas os demais precisam de óculos para ler —, as pessoas não enxergam. Então, é preciso distribuir óculos, é a primeira medida.

Depois, você precisa chegar próximo onde essa população rural está. Nós estamos buscando no PRONACAMPO, nós temos tido mais ou menos 1 milhão de matrículas por ano, e só 26% se alfabetiza, segundo dados dos Municípios. Nós queremos ver se aumenta a eficácia do programa para 50%. Se nós aumentarmos, em 3 anos, nós poderemos alfabetizar 1,5 milhão de trabalhadores no campo.

Então, fazer um esforço. Agora, reitero, não é fácil mobilizar um trabalhador que, em média, tem 56 anos, na cidade, e no campo, 53 anos — e é um direito essencial no século XXI saber ler e escrever e que a história do Brasil nunca respeitou —, e trazer esse trabalhador para a sala de aula e ele poder se habilitar.

Nós vamos fazer um esforço, mas é um programa bastante difícil. Em relação à educação especial.

O programa Viver Sem Limite trouxe mudança de qualidade nessa agenda. Havia na escola quase 44 mil jovens com deficiência. De 1998 para cá, nós chegamos a ter 558 mil jovens na escola. Portanto, a escola está acolhendo, está



aprendendo a trabalhar. Os estudantes estão convivendo com a diversidade e os professores se preparando para esse desafio.

Nós ainda temos que fazer a busca ativa de jovens e crianças que estão abaixo da linha da pobreza no BCP. Nós temos que buscar em casa 378 mil jovens deficientes e pobres que ainda não vão para a escola. Nós sabemos onde eles estão e vamos buscar um a um para levar para a escola. Tivemos que fazer ônibus diferentes, adaptados para a mobilidade. No final deste ano esses ônibus estarão disponíveis, porque nós queremos buscar esses jovens em casa e levá-los para a escola.

Todas as famílias hoje têm direito à segunda matrícula, ou seja, o jovem tem o direito de ir para a escola pública. O FUNDEB paga, mas o aluno com deficiência também tem direito à matrícula numa escola especializada para fazer a complementação.

Nós temos que resolver um conflito que há entre a rede pública e as entidades especializadas que prestam serviço relevante, porque elas têm que trabalhar juntas, em parceria. Não pode uma ficar conflitando com a outra. É importante que essas crianças vivam o ambiente da escola, que a escola conviva com a diferença e, ao mesmo tempo, que a criança tenha formação especializada.

Estou terminando, Sr. Presidente. O nosso Viver Sem Limite busca 378 mil crianças e adolescentes que estão no BCP e na escola. Estamos construindo o transporte escolar acessível, uma escola acessível que ainda precisa de reforma, sala de recursos multifuncionais, e uma escola bilíngue, com formação de mais de 1.200 professores em Libras para poder melhorar esse atendimento. No PRONATEC, estamos criando 150 mil vagas para pessoas com deficiência.

Como há muitos Parlamentares que militam nessa causa, é importante que eles nos ajudem a identificar juntamente com as entidades quais são as profissões mais adequadas e motivadoras para esses jovens, qual é a demanda e qual é a oferta do mercado.

Por exemplo, o Presidente do STJ me disse há algum tempo que os surdos que trabalham na digitação dos acervos da Justiça, acervos monstruosos, têm uma produtividade 2 a 3 vezes maior do que a de qualquer outro digitador, porque eles não ouvem, não se dispersam e têm muita habilidade manual por causa da Libras.



Então, precisamos entender quais são as vocações e habilidades que nós temos que resgatar para poder construir esse caminho.

Para terminar, está aqui o benefício de quem frequenta a escola. Nós passamos de 78 mil para 378 mil de jovens no BCP, que é a meta à qual nós queremos chegar. Nós estamos em 306 mil. Pretendemos atingir a meta ao longo deste ano.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico — PRONATEC tem como meta 8 milhões de vagas. Nós estamos expandindo a Rede Federal, o Brasil Profissionalizado, a Rede ETEC, a Bolsa Formação e o FIES. Eu queria fazer um destaque para o FIES. O Marinho não foi lá porque boicotou a minha ida a Natal. *(Risos.)* Estou brincando. Você estava aqui quinta-feira. Estou brincando. *(Risos.)* Marinho, quando chegamos ao escritório do Instituto Federal havia uma jovem chorando que queria falar comigo. Então, fui atendê-la. Essa jovem, chamada Tatiana, havia entrado na faculdade de Medicina. Órfã de pai, ela e a mãe trouxeram o holerite para me mostrar a renda delas: 1.600 reais. A faculdade custa 3.600 reais por mês. Por isso, ela, desesperada para entrar no FIES, me disse que quer ser médica do SUS. Se ela trabalhar no SUS, toda a dívida do FIES será abatida. Quer dizer, financiamos a faculdade, e ela abate toda a dívida. Professor da rede pública também abate toda a dívida, 1% por mês. Isso vale, portanto, tanto para alunos de Medicina quanto para a docência na rede pública de ensino.

Nós estamos com mais de 95 mil novos contratos no FIES. O resultado é espetacular: 3,4% de juros ao ano sem correção monetária. É uma bolsa subsidiada que está permitindo, além do PROUNI, um acesso muito significativo dos professores à rede.

Esses são os institutos federais. Nós vamos expandi-los, a meta para 2014 será de 562 unidades em 512 Municípios, o que é fundamental para sustentar o PRONATEC, juntamente com SENAI, SESC e SESI. É muito importante.

Essas são as bolsas, as vagas que estamos dando para estudantes trabalhadores. É muito importante ver que a Bolsa Formação Trabalhador pode ser feita com a empresa. A empresa contrata o financiamento, e o trabalhador tem o benefício do exercício na vaga para formação técnica profissionalizante.

Estou quase terminando.



Vejam a evolução do ENEM. No ano passado, chegamos a 5,4 milhões de alunos inscritos. Eu disse, outro dia — fui mal interpretado, mas é próprio da vida pública —, que o tamanho do ENEM traz um imenso desafio logístico. Vou repetir para quem não quis ouvir o que eu disse. Vou dizer qual é o desafio logístico. Setenta e um batalhões do Exército fazem parte da mobilização logística do ENEM. Depois, nós temos 639 unidades dos Correios que têm que participar desse esforço. Para fazer uma prova do ENEM, nós temos que percorrer 305 mil quilômetros, em mais de quase 10 mil rotas, para que as provas cheguem todas no mesmo horário, saiam no mesmo horário, em total segurança.

E vejam a dificuldade. Nós tivemos um exame na semana passada aqui no Senado, com uma instituição de grande excelência. Eram 10 mil provas. Trocaram o caderno de prova, e o exame ficou comprometido.

No último ENEM, 5 milhões e 400 mil alunos receberam a prova na hora certa, fizeram a prova, não houve nenhum problema logístico. É evidente que um carro desses pode tombar e acontecer um acidente. Quer dizer, a logística é muito grande e muito complexa. Mas não foi esse o problema do ENEM. No passado, já houve problema de logística. Mil e duzentos itens são checados para que haja eficácia na adoção da prova.

Onde está a dificuldade do ENEM? Em primeiro lugar, no banco de questões, no banco de itens. Na Teoria de Resposta ao Item, temos que ter um banco robusto para poder suportar com segurança os ENEMs futuros, inclusive a possibilidade de fazer duas provas por ano, o que pode vir a acontecer.

Os Estados Unidos têm um exame próximo ao ENEM há 85 anos. Então, o banco de itens deles é de mais de 100 mil questões. No dia em que tivermos 100 mil questões, não teremos mais problemas de fazer quantos exames nós precisarmos por ano.

O que é que nós fizemos para melhorar essa questão? Fizemos um mutirão de uma semana, com 24 universidades *on line*, e alimentamos fortemente o nosso banco de itens. Fizemos isso agora em março. Nós temos um banco de itens muito mais sólido do que tínhamos, para poder dar garantia e segurança em um exame futuro, dentro da Teoria de Resposta ao Item.



O segundo desafio é a redação, porque redação sempre tem alguma subjetividade. Então, nós vamos diminuir a dispersão da nota e vamos criar uma banca mais rigorosa de correção. Estamos ainda concluindo esses estudos, para dar total segurança à avaliação da redação no processo do ENEM.

O ENEM é a porta republicana para podermos entrar no REUNI, na expansão do ensino superior universitário, para 1 milhão de bolsas do PROUNI, para o FIES, para o Ciência sem Fronteiras. Todos os alunos que estão com mais de 600 pontos têm direito hoje a concorrer a uma bolsa nas melhores universidades do mundo. Nós tivemos 20 milhões de páginas acessadas no nosso portal do Ciência sem Fronteiras em menos de 1 mês. É um interesse de toda a comunidade acadêmica, para usufruírem dessas bolsas. Portanto, é um critério absolutamente... é uma régua única para criar uma relação republicana de acesso às universidades no Brasil e a outras bolsas de estudo. Portanto, é um salto de qualidade.

Mas é uma coisa que o MEC inventou? Não. A Europa inteira tem um exame semelhante. A Alemanha tem, a Inglaterra tem, a França tem. A China tem um exame. Eu perguntei ao Ministro da Educação da China, que esteve aqui recentemente, e ele disse: *“Nós temos um exame lá, só que o aluno só pode fazer uma vez na vida. Não tem a segunda chance.”* Eles são culturalmente diferentes. Lá, com a pena de morte, é uma bala só. Quem paga a bala é a família. É outra cultura. É um exame só e só pode ser feito uma vez na vida. O aluno aqui pode fazê-lo quantas vezes quiser. E estamos discutindo a possibilidade de fazer dois exames no ano.

Todos os países têm instrumentos semelhantes ao ENEM. Nós estamos atrasados. Por sinal, estamos muito atrasados historicamente na educação. Quando a primeira universidade americana, Harvard, foi criada, em 1648, a América espanhola tinha 13 universidades. A primeira universidade do Brasil é de 1922, a USP. Então, nós estamos com séculos de atraso. E éramos um País com muitos recursos, com muitas possibilidades. Nunca focamos no preparo estratégico do País, colocando a educação como prioridade fundamental do desenvolvimento do Brasil.



Quero terminar dizendo que estamos expandindo mais quatro universidades, 47 novos *campi*. É importante os Parlamentares também ajudarem na definição desses *campi*.

Por exemplo, outro dia três Parlamentares da Casa e alguns Prefeitos me procuraram com um abaixo-assinado que definia a cidade que ia ter o *campus* da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Vinte e dois Prefeitos assinaram o requerimento. Pensei: “*Então, há um entendimento*”. Fiquei muito feliz porque havia um entendimento.

No mesmo dia apareceram mais três Parlamentares da Casa com outro Prefeito e outro abaixo-assinado. E todos os Prefeitos o assinaram pela outra cidade. Na semana seguinte, vieram mais três Parlamentares com outro Prefeito. Todos assinaram.

Ou seja, todos os Prefeitos assinaram pela cidade do outro, mas na realidade reivindicam a sua. Eu já estou com sete abaixo-assinados para escolher um *campus*. Se vocês ajudarem, mais do que dividir, a construir unidades, vai ser muito mais fácil escolher.

Só mais uma coisa para refletirem: a bancada da Bahia, que recebi, prefere uma cidade a outra. Acho que tem que avaliar muito bem qual é a perspectiva da universidade, o que nós queremos da universidade. No caso da Bahia, se for escolhido o lugar certo, qualquer pesquisador do planeta será atraído para trabalhar na universidade. Serão feitos seminários, eventos, e é dado um salto extraordinário, porque a beleza é uma coisa fundamental. O ambiente educacional é muito importante para a sede e o *campus*, no interior.

Enfim, precisamos encontrar um entendimento em relação à localização. Espero que vocês ajudem o Ministério.

O FIES está aí Queremos chegar a 200 mil bolsas neste ano, contratos. Quanto ao ensino à distância, temos 2 milhões e meio de ingressantes. A média de idade dos alunos matriculados é de 26 anos. No ensino à distância, é de 33 anos. Então, é uma segunda graduação. Um profissional mais qualificado está entrando. Estamos só com 29,7% das matrículas do ensino à distância.

Os países da OCDE estão chegando à metade do ingresso. Nós vamos avançar no ensino à distância, mas precisamos ter um padrão de qualidade. O MIT,



por exemplo, lançou agora o ensino à distância. Algumas das matrículas, alguns cursos o aluno faz no tempo que quiser à distância e depois tem que certificar numa prova presencial. Precisamos avançar nessa construção, que é uma forma de aumentar a oferta, especialmente para quem trabalha.

Setenta e três por cento das matrículas são no ensino particular, e nós temos aí um problema de padrão de qualidade. Como é uma entidade empresarial, mas é um serviço público essencial, o MEC tem a responsabilidade de fiscalizar, regular e acompanhar.

Nós vamos mudar o ENADE. Vamos incluir um semestre a mais na avaliação para garantir que o exame do ENADE não permita nenhum tipo de procedimento que não assegure a efetiva avaliação dos alunos.

Estaremos junto ao INEP. Criamos um comitê técnico-científico no INEP, com representantes da associação dos trabalhadores, grandes educadores e funcionários de carreira qualificados e também o Comitê de Governança do ENEM. Esse comitê já está sugerindo mudanças — que faremos — para garantir a eficácia da avaliação do ENADE.

Por último, temos mais duas lâminas.

Quero mostrar o seguinte: 41% das matrículas são em Administração, Direito, Pedagogia, Ciências Contábeis e Enfermagem. Há uma concentração muito grande nessas disciplinas, e há uma defasagem muito grande nas Engenharias. Por exemplo, temos 6 engenheiros para cada mil habitantes. A Coreia do Sul tem 80. Nós formamos 1 engenheiro para cada 50 formandos. A Coreia do Sul forma 1 para cada 4. Precisamos ter foco nas áreas tecnológicas, nas Engenharias. Precisamos ter foco nas ciências básicas — Matemática, Física e Química —, especialmente, para melhorar a qualidade do ensino no Brasil.

E vamos ter que debater a Medicina. Vai ter que haver um debate sobre Medicina. Qual é o parâmetro do Brasil? Temos 1,8 médicos para cada mil habitantes. Estados Unidos, 2,4; Reino Unido, 2,7; Alemanha, 3,6; França, Uruguai, Espanha, Portugal e Cuba. Qualquer relação feita, o Brasil está muito abaixo em termos de oferta de médicos.

É evidente que o problema de falta de médicos no SUS, na ponta, nas regiões mais pobres, não é só a formação. Tem de haver uma política para fixação. Mas há



um déficit de oferta de médico no Brasil quando comparamos Argentina, aqui do lado, ou Uruguai, Portugal, Espanha, Alemanha. Na Argentina, são três médicos para cada mil habitantes. Precisamos aumentar a oferta de médico.

Vamos expandir a rede federal existente, vamos criar novas Faculdades de Medicina da rede federal. Estamos negociando a expansão da rede pública estadual e vamos expandir a rede privada com qualidade. Quem é nível 4, nível 5 e tem mais uma condição de ter Faculdade de Medicina... especialmente nas regiões mais carentes, porque há um desequilíbrio também entre regiões.

O Estado do Maranhão tem uma vaga para 35 mil habitantes; Bahia, uma para cada 23 mil habitantes; Tocantins, uma vaga para cada 4 mil habitantes. Então, há um desequilíbrio no Brasil. Precisamos aumentar a oferta e distribuí-la com mais responsabilidade, diminuindo a assimetria no País da oferta de médicos, porque o Brasil está muito abaixo de outros países.

Essa é uma discussão importante para a Câmara acompanhar. Mais médicos e bons médicos, médicos com qualidade.

Para terminar, o Ciência sem Fronteiras. Duas coisas surpreendem. Vou pedir o apoio da Câmara a duas questões para eu terminar minha fala. Uma é a Câmara aprovar o PL 2.134, que cria as vagas para podermos expandir aquela rede de universidades, institutos federais. Se não tivermos essas vagas, não teremos como continuar a expandir. Estamos criando cursos e não há como colocar professor. Conseguimos fazer 4 mil temporários para poder administrar esse início de semestre, mas a oferta dos cursos vai começar. Temos de contratar, realizar concurso. A Câmara precisa apoiar-nos. E essa é uma questão suprapartidária, não tem nada a ver com a política de Estado. Todo mundo participou. Precisamos de mais professores para poder continuar expandindo a rede pública. Todos os Parlamentares sabem da importância para sua região de uma universidade pública e qualidade. Peço encarecidamente um esforço suprapartidário para apoiar esse projeto.

Segunda questão que eu quero abordar: o Ciência sem Fronteiras. Já fizemos o segundo edital, estamos mandando jovens para os Estados Unidos, Alemanha, França, Inglaterra e Itália. Vamos fazer edital para a China, Índia, Rússia, Coreia, Bélgica, Suécia. Agora, em março, sairá o terceiro edital. O sucesso internacional é



espantoso. Vários países começam a copiar o Brasil em relação a programas semelhantes. Os melhores alunos nas melhores universidades. O interesse é fantástico. O aluno vai poder ficar de 6 a 8 meses estudando língua e depois um ano fazendo curso, 9 meses na sala de aula, 3 meses em estágio. É um programa de grande impacto estratégico no Brasil.

O programa prevê também a atração de jovens talentos, doutores e pesquisadores seniores. Abrimos vaga. E há Prêmios Nobel que já se inscreveram para vir fazer pesquisa no Brasil nos próximos 3 anos. E nós abrimos o edital. Há um volume espantoso de gente querendo vir para o Brasil. Estou falando de doutores de excelência, de instituições de peso e pesquisadores seniores de alta excelência. As melhores escolas do Brasil de pós-graduação convidam e eles estão querendo vir.

Qual o problema que temos? Visto. E aqueles que querem vir para o Brasil, o problema da estada no Brasil, da regularização da naturalização ou do visto permanente e do reconhecimento do diploma, quando são instituições de excelência.

Nós queremos também propor uma legislação e pedir o empenho de vocês no sentido de agilizar. Por quê? No Brasil nós tivemos uma diáspora de cérebro nos anos de recessão, hiperinflação e crise. Hoje nós somos um polo de atração muito forte, de profissionais de alta qualidade, especialmente na Europa e mesmo nos Estados Unidos, porque a crise lá está fazendo... E o Brasil é um país democrático, um país que tem estabilidade social, um país alegre, um país que tem meio ambiente, um país que cresce, um país que não tem guerra, que não tem conflito.

Nós somos um grande polo de atração. E nós temos que abrir a porta para profissionais de excelência que queiram vir pesquisar e trabalhar no Brasil e remover os obstáculos burocráticos que ainda temos dentro e fora do MEC.

Último comentário. Na pré-escola, Marinho, o projeto é do final de 2007, e o repasse começou em 2008. Portanto são de 2008 a 2011 os dados que eu apresentei, aquelas 4 mil creches e aqueles resultados.

Quero agradecer a atenção e, por último, apresentar a equipe: o Paim vocês conhecem, era o Secretário Executivo do MEC, continuará à frente da Secretaria Executiva, tem feito um trabalho extraordinário. O MEC é um Ministério bastante organizado, informatizado, com um padrão de excelência. Teve uma contribuição



decisiva nesse período. Levanta a mão, Paim. Ele é meio encabulado, mas esse é o Paim.

O Cesar Callegari foi Deputado, foi Secretário de Educação, dirigiu o Fundo Educacional do Estado de São Paulo e estará à frente da Secretaria de Ensino Básico.

Amaro Lins, Reitor da Universidade de Pernambuco em duas gestões. Foi o Presidente da ANDIFES e agora é o nosso Secretário de Ensino Superior.

Jorge Messias, da AGU, foi indicado pelo nosso Luiz Adams e estará lá.

Luiz Cláudio era o Diretor da ASSEJUS, hoje está à frente do INEP. Ele tinha um topete maravilhoso. Depois que assumiu o INEP já está assim, pelas responsabilidades.

O Freitas era Diretor do FNDE, funcionário de carreira, 27 anos no FNDE. Continuará à frente do FNDE, porque é muito importante o padrão republicano de eficiência ali, e ele tem demonstrado isso ao longo desse período.

Quero apresentar também Cláudia Dutra, nossa Secretária que cuida da diversidade. Esteve à frente do PRONACAMPO, do Programa Viver sem Limites. Continuará na nossa função.

Quero apresentar a Isa, Secretária do MCTI, foi para o MEC. Estava há 35 anos no MCTI e agora foi para o MEC, apesar da sua juventude.

A Carolina também era funcionária do Senado Federal e está lá.

O Luiz Antônio Rebelo, o nosso Chefe de Gabinete, está à disposição de vocês para a agenda.

Binho Marques foi Diretor da UNDIME, Secretário Municipal e Estadual de Educação no Acre, foi Governador do Acre e vai cuidar de toda a relação do pacto federativo. Como foi gestor municipal e estadual, ele sabe bem onde o calo dói, entre Prefeitos e Governadores. A responsabilidade dele será trabalhar uma relação republicana.

Termino dizendo, como eu comecei, o que no MCTI nós temos demonstrado: educação é política de Estado. Nós não teremos ali nenhum viés partidário. A relação entre Governadores e Prefeitos e a bancada será essa.



Diferente de outros servidores públicos, eu já amassei muito barro, como vocês, já disputei muitas campanhas e sei que o mandato precisa ser reconhecido na relação com o Estado.

Portanto, em nosso Ministério, nós teremos um tratamento diferenciado no que diz respeito à relação com o Parlamento. Não me importa muito qual é o partido; importa qual é a qualidade do projeto, o que está sendo apresentado, o que nós podemos fazer. Essa é a nossa disposição.

Por último, quero dizer que a minha disposição é — combinei com o Arlindo, o novo Líder do Governo — vir despachar aqui periodicamente, na Liderança do Governo, para facilitar a vida dos Parlamentares, que têm de participar de muitas Comissões. Às vezes vão ao Ministério, perdem votação. Quero atendê-los aqui em tudo o que for necessário. *(Palmas.)*

Esqueci de apresentar o Marco Antônio, que vai coordenar o PRONATEC. Foi Secretário Executivo do Ministério da Previdência, do Ministério do Trabalho, foi Diretor do INPS.

A Luciana é do Itamaraty, funcionária de carreira, cuida da parte de relações internacionais.

Onde está o Chagas? O Chagas estava escondido. Pode levantar, Chagas. Chagas está lá há muitos anos, foi Secretário de Educação Básica, nosso Secretário Executivo Adjunto, Presidente do Fórum Nacional de Educação, com uma interlocução muito rica com vocês.

Essa é a nossa equipe básica, há outros que não puderam estar aqui. O Mansoneto, que cuida também da regulação, está tratando dessas novas medidas que vamos tomar ainda hoje.

Agradeço a todos e coloco o Ministério à disposição da Câmara dos Deputados. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Muito obrigado, Ministro Mercadante.

Quem tem o privilégio, como tenho, de acompanhar a sua vida profissional e política, não pode estranhar, como não estranho, o entusiasmo, a competência, a densidade com que V.Exa. apresenta as metas para a educação brasileira no próximo ano.



Quero congratular-me com V.Exa. por isso. Estamos extremamente felizes com a apresentação de V.Exa., que cumpriu, na verdade, o roteiro que todos nós, educadores e Deputados das Comissões, queremos: o roteiro do Plano Nacional de Educação.

Em respeito às considerações iniciais de V.Exa., quero já lhe dar duas respostas. A primeira delas, Ministro, diz respeito ao PL nº 2.134. Os reitores e os dirigentes de institutos federais têm pressionado a Casa. A Comissão de Educação, sob a Presidência da Deputada Fátima Bezerra, já aprovou o PL nº 2.134, 70 mil vagas para o sistema da rede federal de educação superior técnica e tecnológica. Na verdade, encontra-se na Comissão de Trabalho. O Deputado Marquezzelli disse que o Relator será o Deputado Jovair — estamos pedindo urgência. Mas a Comissão de Educação vai monitorar a tramitação na Casa, porque todos sabemos a importância para as nossas universidades e institutos federais da aprovação das vagas para os professores estáveis no sistema.

Com relação à segunda questão abordada, da legislação sobre o reconhecimento dos diplomas, já tenho uma conversa marcada com o Presidente da Comissão de Educação do Senado, Senador Roberto Requião. Vamos trabalhar em conjunto, a Comissão da Câmara e a Comissão do Senado, para abreviar essa discussão, propor as medidas legislativas cabíveis para que, de maneira definitiva, possamos resolver essa questão e fazer com o que Ciência sem Fronteiras venha de fato a decolar. É uma forma de contribuirmos com aquilo que V.Exa. apresentou.

Quero me permitir, antes de passar a palavra ao Presidente da Comissão Especial do PNE, Deputado Lelo Coimbra, fazer apenas dois comentários. Já há muito tempo tenho dito que a qualidade da educação brasileira — e falo como educador — depende fundamentalmente da educação básica, da expansão do tempo integral e da valorização profissional, dois dos temas sobre os quais V.Exa. discorreu com muito brilhantismo, com palavras que vieram ao encontro daquilo que nós, membros da Comissão, certamente gostaríamos de ter ouvido. Tivemos a satisfação de ouvir suas palavras, estamos com certeza de que caminhamos corretamente nessa direção.

É preciso que V.Exa. saude a Presidenta Dilma Rousseff por abreviar a meta do tempo integral das escolas brasileiras. Temos hoje 128 mil escolas de ensino



fundamental no Brasil. Dessas, apenas 15 mil, pouco mais de 10%, de tempo integral. E a nossa Presidenta abrevia a meta para 2014, até o fim do seu mandato, para 60 mil, ou seja, metade das escolas. Isso é algo que certamente precisa e deve ser saudado, precisa e deve ser comemorado.

De outra parte, a decisão pronta de V.Exa., nos primeiros dias do seu mandato como Ministro da Educação, de consolidar aquilo que o Congresso Nacional aprovou no que diz respeito ao piso salarial, é algo que nos entusiasmou a todos. Todos nós, Parlamentares, sabemos que é fundamental observar rigorosamente a responsabilidade fiscal, não só porque é lei, mas um princípio fundamental que vai deixando a economia brasileira cada vez mais pujante. Por isso, é certo compreender que Governadores e Prefeitos venham a temer a dificuldade de fazer os seus ajustes de atualização do piso salarial da categoria, como diz a legislação aprovada por consenso, como disse V.Exa., nesta Casa.

Não obstante, a saída não é reduzir a velocidade de crescimento do salário dos professores. A Meta 17 — e o Relator, o Deputado Angelo Vanhoni, certamente está cuidadoso e atento a esse tema — prevê que até 2022, aprovado este ano o PNE, nós teremos um salário de entrada no mercado para os profissionais exatamente igual à média dos salários profissionais com o mesmo tempo de escolaridade, ou seja, hoje seria por volta de 2.600, 2.700 reais, o que em vários países do mundo, sobretudo os asiáticos — nós vimos isso em seminários internacionais —, há muito tempo é praticado, sem falar nos europeus e americanos. Portanto, estarmos hoje com 1.451 reais, nós estamos na metade daquilo que certamente chegaremos ao final do PNE.

A decisão de V.Exa. foi correta. A solução para o problema dos Prefeitos e dos Governadores não está em outro lugar senão em aumentar a fonte e garantir a vinculação.

Para que isso aconteça, quero chamar a atenção dos meus colegas. Esta Comissão, melhor dizendo, as nossas Comissões, a permanente de Educação, a do PNE, a de Responsabilidade Educacional, que o Deputado Waldenor Pereira estará presidindo, têm a obrigação de convencer todos os nossos colegas, por discussão do tema do pré-sal, que não basta apenas resolvermos o impasse, a partir do PL do Senado, da distribuição dos *royalties* do petróleo e da participação especial do pré-



sal e de concessão com a discussão que hoje é focada apenas em Estados produtores e não produtores, confrontantes ou não confrontantes. O nosso tema é para aonde vão esses recursos, para que não cometamos o erro de transformar um recurso fundamental, que V.Exa., inclusive quando Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, defendeu, de investimentos futuros em questões estruturantes e pulverizá-los em gastos correntes.

Quero saudar todas as entidades que defendem a educação brasileira. Não vou arrolá-las porque tomaria um tempo muito grande dos debates. Quero fazê-lo na pessoa de um estudante, objetivo maior do nosso trabalho como educadores. Na pessoa do Daniel, Presidente da UNE, quero saudar todas as entidades e representantes da sociedade civil que estão aqui.

A UNE e outras entidades defendem a vinculação dos recursos do pré-sal, dos recursos do petróleo. Eu agregaria também o recurso do nosso solo, dos minerais, porque nós vamos discutir este ano na Casa o tema do Código Mineral. E certamente *royalties* e participação especial dessa riqueza terão também que ser vinculados. Se nós conseguirmos vincular Prefeitos, Governadores e a União com recursos da nossa riqueza natural, certamente teremos uma fonte complementar de recursos para atingir o valor que queremos no investimento do PIB nacional em 10 anos.

Quero aqui saudar V.Exa., que tem razão. É preciso rediscutir com toda a comunidade. Estamos abertos à regra definitiva de conversão do piso, mas nós não podemos, de forma nenhuma, substituir preocupações rigorosamente legítimas, que são as fiscais, pelos desafios educacionais, que serão certamente emancipadores, garantidores da construção do Brasil soberano e quinta potência mundial.

Com essas considerações, quero passar a palavra imediatamente ao Presidente da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação, Deputado Lelo Coimbra, para suas considerações.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Ministro Aloizio Mercadante, é um prazer tê-lo aqui, não só pela exposição, como pela disposição em torno dos temas levantados. Quero saudar a equipe e faço isso com muito carinho, na figura do Paim, que é o mais tímido da equipe, pelo volume da presença.



Ao mesmo tempo em que reconhecemos, com prazer, o respeito às Comissões reunidas, com a presença do principal corpo da equipe ministerial, ficamos preocupados com o esvaziamento temporário do Ministério da Educação neste momento.

Ministro, nós temos um trabalho longo neste momento. Há 16 inscritos, além da minha fala e a do Angelo Vanhoni e as considerações finais a cada intervalo do Ministro. Então, precisamos dar celeridade.

Queremos também fazer alguns registros antes de entrar no tema atinente à Comissão.

Quanto às demandas dos Municípios baianos, em torno de Mucuri, acerca do *campus* universitário, vale registrar que temos no Espírito Santo, em São Mateus — e aqui entramos como mais um concorrente —, um *campus* pronto e em funcionamento. Regionalmente, seria uma bela aliança entre baianos e capixabas. Ao mesmo tempo, permitiria a V.Exa. tirar a disputa dos baianos para que eles não brigassem entre si e nós, pudéssemos, o Estado do Espírito Santo, ser o ponto de referência desse debate.

O segundo assunto a registrar, Ministro, é que consideramos a demanda por profissionais, na medida em que os serviços são universalizados e que as oportunidades e as necessidades são colocadas, muito importante para o País, bem como a sua distribuição.

Somado a isso, tem sido discutido em algumas áreas, na médica inclusive, tema de debate muito forte durante 2 anos nesta Comissão e que resultou num relatório, o registro dos diplomas dos brasileiros que vão para o exterior. Fazemos esse registro, porque fomos Relator dessa matéria. Nossa intenção era não criar excepcionalidades para esses registros, e, sim, que houvesse, conforme critério da LDB, um mecanismo para agilizá-las, para facilitá-las, sem perder de vista o marco legal que alcançamos por lei aprovada nesta Casa e, ao mesmo tempo, pela importância de se dar um tratamento uniforme a todos os brasileiros no exterior, hoje em torno de 13 mil, que buscam a regularização de seus diplomas.

O terceiro tema é o piso salarial.



Não houve na Comissão quem fosse contra o piso, como não haverá em momento algum. Não houve na Comissão e não há nenhuma restrição ao reajuste anunciado por V.Exa. em torno dos 22%.

Mas à medida que se processa a carga de serviços, tanto pela União, quanto pelos Estados e mais especialmente pelos Municípios, a preocupação em dar conta disso também é crescente. Ao mesmo tempo em que isso acontece, a União tem, historicamente — isso não é novo —, a concentração de recursos arrecadados pelo País e também algumas medidas operacionalizadas que criam dificuldades.

Surgem aí dois debates importantes: o debate do ICMS no Senado, que deverá ter o seu desfecho nos próximos 30 dias, e o debate dos *royalties* — e eu também entendo, como o nosso Presidente —, que deva ser claramente discutido quanto ao seu destino, ao seu uso em infraestrutura e na educação especial. São medidas propostas por muitos Parlamentares. É preciso portanto buscar caminhos, alternativas e soluções. Além da arrecadação e de novas fontes para os Estados e Municípios, Presidente, temos de garantir que elas cheguem lá. Há um claro esvaziamento devido a dificuldades e restrições. Daí a reação de muitos Governadores e Prefeitos. Devemos enfrentar o problema e não apenas dizer: toma que o filho o seu.

Defendemos — todos aqui defendem — o piso salarial, mas temos responsabilidades consorciadas nessa decisão, daí importância de assumi-la.

Quanto ao PNE, estamos desde abril do ano passado com a sua discussão em andamento. Muito do que V.Exa. comentou aqui acerca das metas será motivo de debate e de voto. Se tudo correr bem, isso acontecerá no final de março e abril. Haveremos de enfrentar detalhadamente todas essas questões. Queremos que a vigência do PNE se dê a partir da sua aprovação, portanto, 10 anos a partir da aprovação pelo Congresso e da sanção pela Presidência da República.

Foi um trabalho muito rico. Das 20 metas, 19 foram muito bem trabalhadas. A vigésima meta foi foco de tensão, foco de disputa, qual seja o financiamento do PNE, uma questão financeira.

Ocorreram outros debates, como o movimento nacional pelos 10% do PIB, a aplicação do Executivo de 5.1 e agora a proposta de 7 — que já chegou a 7.45,



precisamente, segundo, Vanhoni, daqui a pouco será 7.46, pontualmente. Foi mais um esforço importante do Relator Vanhoni.

Nesta reunião, propusemos um PNE para V.Exa., Ministro da Educação, e o Ministro da Fazenda pudessem debater especificamente esse ponto nas Comissões. Fizemos esse arranjo hoje, das Comissões de Educação e Especial do PNE, para que juntas pudessem ouvi-lo. Com isso, estaria cumprida a primeira etapa. De outro lado, infelizmente, temos sentido dificuldades por parte do Ministério da Fazenda.

Gostaríamos de ter, até sob sua coordenação, a possibilidade de trazer aqui os dois Ministérios, juntos, para debater profundamente esse tema. Ele é o ponto de partida para que aconteçam o debate e a votação, processo que, depois, seguirá para o Senado da República.

Temos, portanto, que ter um tratamento finito em relação ao PNE; que ele não seja mais postergado por outras medidas. Podemos sim evoluir e superar essa fase de maneira imediata.

Além desse registro por mais celeridade, pedimos a V.Exa. que seja o coordenador do processo junto à Comissão Especial do PNE, que, agora, com ordem invertida, contará com a presença da Comissão de Educação para fazer o debate a hora e a tempo marcados, de preferência ao longo deste mês de março.

Saudações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Passo a palavra ao Relator do PNE, Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Quero saudar rapidamente o Ministro Aloizio Mercadante. S.Exa. saiu do Ministério da Ciência e Tecnologia, onde durante um ano realizou um grande trabalho. Vale ressaltar o Programa de Ciência Sem Fronteiras, importantíssimo para o desenvolvimento tecnológico e científico do nosso País. Agora, tem a tarefa de comandar o Ministério da Educação, sobretudo neste momento que atravessamos, momento de crescimento da nossa economia, momento de reafirmação de conquistas sociais, de direitos sociais da maioria do nosso povo, e momento de ascenso da classe política, do Congresso Nacional, dos gestores da sociedade, de percepção do papel da educação no processo de desenvolvimento do nosso País.



Nos últimos anos, Ministro, aconteceram votações importantes no Congresso Nacional. Votamos a ampliação da obrigatoriedade constitucional da educação, a partir, não dos 6 anos, dos 4 anos aos 17 anos de idade. Votamos essa matéria durante o Governo do Presidente Lula, com a compreensão de que a educação infantil é um dever do Estado, assim como a conclusão do ensino médio. Quer dizer, a obrigatoriedade do ensino está garantida na Constituição.

Mais ainda, Ministro, mudamos a lei; por unanimidade, mudamos a Constituição no Congresso Nacional. Todos os partidos reunidos concordaram que o Plano Nacional de Educação tivesse uma referência constitucional do ponto de vista da aplicação referencial do investimento do PIB para sua realização. Antes não era possível, e esse foi o argumento do Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso para apensar veto ao Plano Nacional. Desta vez, não; desta vez o Plano Nacional formou um conjunto de metas. São 20 metas, 12 diretrizes, sendo que na vigésima meta, via dispositivo constitucional, faz-se referência a investimento do PIB.

O Governo mandou uma proposta com 7% do PIB, quase 2% a mais dos 5.1 praticados de investimento direto na Educação. Sabemos que a dívida social do nosso País com a educação é muito grande. O Newton Lima Neto fez referência ao Presidente da UNE, numa homenagem às entidades que organizam o processo educacional do nosso País, entre elas a União Nacional dos Estudantes. Mas somente em relação ao ensino superior, temos hoje cerca de 30 milhões de jovens em idade escolar — de 18 a 24 anos de idade — e na esfera pública apenas 1 milhão e meio de jovens sendo atendidos pelas universidades federais e estaduais.

A conta da diferença, Ministro, e o Lelo Coimbra abordou isso... Apresentamos um relatório com 7,5% arredondado e dissemos para onde vão esses 7,5%. O MEC destinou os 7% e apresentou essa proposta ao Congresso. Analisamos as emendas e percorremos o Brasil inteiro. Estivemos presentes em 18 Estados. No Estado de Santa Catarina, realizamos 8 audiências públicas sobre o PNE; no Paraná, 10; no Ceará, 4; em São Paulo, seu Estado, 4. Discutimos com diversas entidades, com a sociedade civil. Participaram Secretários de Estados, Prefeitos e representantes do movimento social ligado à Educação. Das 3 mil emendas apensadas ao projeto, formatamos um projeto que ultrapassa um pouco os



7% enviados pelo Presidente Lula e pela Presidente Dilma ao Congresso Nacional. Chegamos a 7,44, mas arredondamos para 7,5 de investimento direto e, no mínimo, 8 de investimento total aplicado na Educação. Vê-se que há uma diferença metodológica entre a análise de 8 de investimento total e 7,5 do investimento direto.

Publicamos o relatório com, no mínimo, 8 de investimento total, mas vamos mudar essa redação. Já deixei público aos Srs. Deputados e à sociedade, porque houve muita confusão com a formulação de, no mínimo, 8 de investimento total.

Vamos consignar também os 7,5 de investimento direto no texto, porque ele está dentro da formulação que entendemos dos 8 de investimento total. Além disso, ele garante a aplicação de recursos em todas as metas, ampliando os horizontes propostos pelo Ministério da Educação e, do nosso ponto de vista, melhora a qualidade do investimento em todos os setores educacionais.

Só para dar um exemplo: a grande diferença entre a proposta apresentada no substitutivo do Deputado Ivan Valente e defendida, em boa parte, por outros Deputados que deverão votá-la na Comissão, pelos 10% e a nossa, 7,5%, está basicamente em duas metas: a do atendimento a criança de 0 a 3 anos, e fazendo uma conta, aquela vai pagar por aluno 7 mil reais, e a nossa é 3.500. O Governo paga hoje 2.200. Estamos propondo 3.500 para esse período de transição, com 50% das crianças sendo atendidas. A proposta dos 10% é quase a demanda ativa das crianças de 0 a 3 anos atendidas.

A outra diferença, Ministro, está no ensino superior. A proposta pelos 10% pretende inverter nos próximos 10 anos a relação que temos hoje de atendimento no ensino superior. Hoje, 25% dos jovens em idade escolar estão no ensino superior público. Setenta e cinco por cento estão no privado, um total de 6 milhões de jovens. A proposta pelos 10% pretende inverter isso em 10 anos. Isto é, daqui a 10 anos, teríamos 75% dos jovens frequentando a universidade pública e gratuita, enquanto 25%, 30%, nas instituições privadas. Não há discrepância em relação a custo. São 15 mil reais por aluno nos cursos de nível superior público em nosso País, o mesmo padrão pago pelos países europeus.

Esta é a diferença. A nossa proposta de 7,5% faz avançar o ensino superior. Ela garante 40% dos jovens em ensino público de nível superior nos próximos 10



anos, o que equivaleria hoje a criar perto de 360 mil vagas de ensino superior público por ano — isso com 7,5%.

Esta é a proposta que está consignada. Está para ser apreciada, mas é uma proposta que, do ponto de vista da realização da gestão, o nosso País pode colocar como meta e deve fazê-lo. É uma grande dívida social que temos com o ensino e com a formação profissional da nossa juventude, uma meta de muita dificuldade de realização. Essa meta, Ministro, está dentro dos 7,5% previstos no relatório que publicamos na Comissão.

Para termos uma ideia do que isso significa cito como exemplo a Universidade Federal do Paraná, com 35 mil alunos, com mestrado e doutorado, com laboratórios de química, de hidráulica e de engenharia, cursos em todas as áreas do saber. Ou seja, significa construir quase dez universidades equivalentes a essa por ano no Brasil, para atingir, em 10 anos, a meta dos 40% de vagas públicas, como colocamos no relatório, com 7,5%. Com dez é outro padrão de investimento.

Concordo com o Ministro Aloizio Mercadante e com o Presidente Lelo Coimbra: se não votarmos o PNE até abril ou maio, não o votaremos mais na Câmara dos Deputados este ano. Toda vez que se aproxima o processo eleitoral, sua repercussão recai diretamente sobre as comissões. Começa a disputa política entre o PT, o PMDB, o PSDB, todos os partidos, nos Municípios onde vai haver eleições. A repercussão é direta no humor e na disposição dos Parlamentares para discutir temas mais estruturantes para a Nação, e a educação é um deles.

Então, o apelo que fazemos é pela votação do PNE no final de março, dando tempo ao Senado de, ainda neste semestre, analisá-lo, e até o final do ano possamos concluir a votação desse plano.

Por último, quero parabenizar o Ministro Aloizio Mercadante, que, com muita coragem e muita visão, fez a defesa do piso nacional dos professores.

Fiquei preocupado quando essa discussão veio à tona no final do segundo semestre do ano passado e no início deste ano, porque se o piso refluísse a metodologia de reajuste e ficasse apenas o INPC, a meta de que estamos tratando, meta de valorização do magistério para os próximos 10 anos do Plano Nacional de Educação, estaria completamente comprometida; e estará também completamente comprometida se a nova redação de uma futura lei que regule a atualização dos



valores do piso do magistério se restringir única e exclusivamente ao cumprimento do INPC, como desejam alguns gestores públicos.

V.Exa. está de parabéns, porque interpretou não apenas a questão salarial do magistério, interpretou também uma das mudanças estruturantes para a melhoria da qualidade do sistema educacional em todo o País, a valorização do magistério, através de condições dignas dos professores em salas de aula por todo o território nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Muito obrigado, Deputado Angelo Vanhoni.

Quero pedir um pouco de silêncio, porque o ruído está muito elevado aqui. Em breve, o Ministro fará suas considerações acerca do posicionamento da Mesa. Na sequência, passaremos a blocos de cinco Deputados, seguindo rigorosamente a lista dos inscritos.

Antes de mais nada, quero lhe passar, Ministro, uma pergunta por escrito da Deputada Liliam Sá. V.Exa. certamente fará a gentileza de responder.

Passo a palavra ao primeiro Parlamentar inscrito para o debate, Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Quero agradecer inicialmente ao nosso Presidente Newton Lima, aos Srs. Deputados Lelo Coimbra e Angelo Vanhoni, Relator do PNE. Quero saudar o Ministro Aloizio Mercadante e de toda sua equipe. Fica mantida uma tradição: a de os Ministros da Educação e da Cultura terem o cuidado de fazer essa interlocução com a esta Comissão, e também com a do Senado, o que é muito saudável para a nossa Educação.

Ministro, no final de sua fala, você — e me permita o “você” — disse que educação é uma questão suprapartidária. Esse tem sido um discurso, a meu ver, recorrente. Acredito de verdade que a Educação precisa ser tratada como uma ação de Estado, de nação, de sociedade, uma política pública importante para o País, independente dos governos de ocasião, afinal os governos passam e a Nação permanece, sem falar do acúmulo de realizações, de leis e de intervenções na sociedade da parte de vários governos.



Então, sob esse prisma, quero fazer alguns comentários e discutir, sobretudo, conceitos que, na minha opinião, precisam ser melhor tratados perante a sociedade, perante os educadores, para dar realmente esse salto de qualidade de que tanto necessita o nosso País.

Antes de fazer um breve comentário a respeito das creches, quero prestar um testemunho, Ministro: a equipe do Ministério da Educação tem sido extremamente republicana no trato com os Parlamentares, independente de filiação partidária.

Tive a oportunidade de conversar com vários membros da equipe do Ministério. Levei esse equipamento de creches para vários Municípios do Rio Grande do Norte — em torno de 30 Municípios tiveram a possibilidade de contratar esses equipamentos com o MEC, no caso as creches elencadas.

Há, porém, um problema sobre o qual o Ministério precisa se debruçar melhor, qual seja a capacidade de execução.

V.Exa. então apresenta um quadro relativo a um projeto que começou a ser disponibilizado a partir de 2008 — estamos em 2012, são 3 anos e meio — e o índice de execução é extremamente baixo. Isto nos preocupa em função da necessidade que o País tem de disponibilizar esse equipamento para suprir uma demanda enorme de vagas, hoje não contemplada, nas pré-escolas e nas creches.

Em relação à pré-escola, Ministro, quero lembrar aqui, para nosso orgulho inclusive, que fui o Relator da emenda que permitiu a retirada da DRU na Educação. Na verdade, foi um trabalho da nossa Comissão. Conteí com a ajuda do Deputado Vanhoni e de outros Deputados para mudar a nossa Constituição. Foi universalizado o tempo do aluno na escola. Antes era de 7 a 14 anos, e como V.Exa. demonstrou quase houve a universalização — 95% de vagas —, passando de 4 a 17 anos, até 2016.

Hoje, o próprio PNAD, censo feito pelo MEC, mostra que há quase 3 milhões de jovens e crianças fora da escola nessas duas extremidades, de 4 a 5 anos e de 15 a 17 anos, por vários motivos, mas principalmente porque não estamos ainda, o Estado brasileiro, preparados para absorver esse contingente de alunos.

E aí V.Exa. aborda outra meta, a de alfabetizar as crianças a partir dos 8 anos. Gostaria de discutir com V.Exa. esse critério. Meu filho, por exemplo, foi alfabetizado a partir dos 6 anos, aliás, os nossos filhos. A literatura no mundo todo



mostra que há possibilidade de se alfabetizar a criança a partir dos 6 anos, ainda mais quando o Governo sinaliza de forma muito firme, mudando a Constituição, com a obrigatoriedade da criança na pré-escola, quando a criança começa a desenvolver o seu raciocínio cognitivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Um minuto.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Eu falei por um minuto? Faltam 4 então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Não, falta 1.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Ainda sobre alfabetização, uma discussão ainda precisa ser travada, Ministro, mas infelizmente vem sendo varrida para debaixo do tapete. Qual é a metodologia de ensino que nossos mestres e professores devem aplicar nas primeiras séries do ensino fundamental e na pré-escola? O Brasil adota hoje quase de forma massacrante e hegemônica um pseudométodo científico: o construtivismo, quando no mundo todo o que dá certo é o fônico.

Então, essa invenção da jabuticaba precisa ser discutida e aprofundada pelo próprio MEC. Isso tem a ver com o currículo das universidades na formação dos nossos mestres. Quando os professores são formados nas universidades, eles vão para as escolas públicas, nos primeiros anos para as séries iniciais, e vão aprender fazendo. O resultado está aí. Foi publicado pelo INEP, que mostra uma dificuldade enorme de aprendizado e de alfabetização nas primeiras séries dos anos iniciais.

Essa discussão precisa ser travada com urgência. Apelo a V.Exa., Ministro do MEC, para provocar essa discussão sobre a formação dos nossos professores, inclusive com a participação das universidades.

Quanto ao financiamento, não poderia também deixar de me manifestar. Afinal, desde que estou aqui, há 6 anos, venho repetindo a necessidade de modificarmos principalmente no PAC federativo. Qual é a responsabilidade dos entes federados, por exemplo, na ampliação dessa meta do percentual do PIB para ser aplicada na Educação?

Vou fazer um cálculo rasteiro para a percepção dos meus colegas e de V.Exa. Nosso PIB hoje é estimado em pouco mais de 4 trilhões de reais. Vamos arredondar para 4: 1% equivale a 40 bilhões; 2%, 80 bilhões; 3%, 120%. Vamos imaginar 3%.



Vamos imaginar que 8% vão resultar dessa votação do nosso PNE. Ora, o MEC hoje tem um orçamento de 74 bilhões de reais para serem aplicados em 2012, um aumento significativo em relação ao ano anterior. Presume-se que estamos aplicando, no âmbito do Governo Federal, de 1,5% a 1,6% do PIB para este ano. Dos 5,1% do PIB aplicado à educação pública, 74% estão sob a responsabilidade de Estados e Municípios. Os Estados e Municípios estão preparados para absorver esse aumento do percentual justo do PIB? Quais são as fontes de financiamentos que vão suportar essa nova demanda?

Na própria discussão do PNE, tenho provocado o Relator — e S.Exa. é testemunha da minha preocupação — se existem dispositivos para que essa lei não vire letra morta, ou seja, vamos apontar quem são os entes federados que serão responsabilizados e que vão arcar com o aumento desse percentual.

Essa discussão é extremamente importante e pertinente na aplicação do próprio PNE.

Por fim, Sr. Ministro — o nosso Relator pede para abreviar a nossa participação —, quero falar do piso, assunto que está em voga. No ano passado, 16 a 17 Estados entraram em greve. A greve, Sr. Ministro, apesar de ser um instrumento garantido na Constituição e uma ferramenta legítima da classe trabalhadora, no caso da Educação tem que ser pesada e medida porque o prejuízo dos alunos que ficam 60 dias, 90 dias, 100 dias sem aulas nunca será pago, porque reposição não acontece. Na verdade, é uma expectativa que não se concretiza. E esse aluno da rede pública, quando vai disputar o mercado de trabalho com alunos da rede privada, uma universidade ou um posto de trabalho, tem sérias dificuldades de competitividade. Esta é uma preocupação. Na votação da lei do piso — e eu estava nesta Comissão —, votei a favor da lei e também propus uma emenda, o § 2º do art. 4º, em que a União seria responsável por cooperar técnica e financeiramente com os entes federados que não pudessem fazer frente ao pagamento do piso, e que é justo.

Infelizmente, Sr. Ministro, esse artigo da lei virou letra morta. Não há como aplicar esse artigo da lei no sentido de se complementar recursos a Estados e Municípios com fragilidade econômica para cumprirem a lei. Piso é lei, e lei tem que ser cumprida. Pode-se até votar durante este ano uma lei que modifique a atual,



mas o piso é lei. Então, se ele tem que ser cumprido, também tem que haver, por parte do Governo Federal, a disposição de encarar o problema e ajudar os Estados e Municípios, já que estamos num pacto federativo, para dar esse equilíbrio e as coisas acontecerem da melhor maneira possível.

No mais, agradeço a V.Exa. a presença, em meu nome e em nome da Oposição. Estamos como oposição no Parlamento, mas somos do partido da educação, Sr. Ministro. Então V.Exa. poderá contar conosco sempre que a educação for prioridade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Concedo a palavra à Deputada Alice Portugal.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Gostaria, em primeiro lugar, de saudar o Sr. Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, e toda a direção da nossa Comissão de Educação.

O Professor Newton Lima inicia sua atividade mostrando a estatura que emprestará a esta Comissão. Desejo ao Ministro todo sucesso. Durante todos esses anos convivemos com o Ministro Haddad de maneira muito saudável. Quero desejar-lhe todo o sucesso e dizer que V.Exa., à frente da Pasta da Ciência e Tecnologia, mostrou muita intimidade com o desenvolvimento da inteligência nacional. Elegantemente nos apresentou a sua equipe. Quero desejar sucesso a toda a equipe também e dizer que esta é uma Comissão que tem agido de forma suprapartidária, de maneira assertiva nos temas da educação. Tenho a certeza de que o Deputado Angelo Vanhoni apresentará proposta e relatório referente ao PNE que alcançará as expectativas de toda comunidade educacional brasileira.

Congratulo-me com a UNE, CNTE, ANDES, FASUBRA e PROIFES, todas estruturas e entidades que têm trabalhado em torno do PNE. De fato, temos a expectativa de que será estabelecido o percentual registrado em relação ao pré-sal para a educação. Espero que o processo de expansão que V.Exa. tratou com tanta acuidade seja prioritariamente desenvolvido no setor público, como tem sido nos últimos anos.



O processo de expansão com o ENEM republicano, como disse V.Exa., com objetos muito concretos de sustentação dessa expansão, como tem sido o PROUNI, é fundamental para que o projeto de desenvolvimento do Brasil tenha solidez.

Por último, Sr. Ministro, quero levantar algumas questões relacionadas ao piso salarial nacional dos professores. Tem V.Exa. uma fala estimulante. Os professores brasileiros hoje estão paralisados. Três dias de paralisação.

Quero manifestar que essa paralisação não ocorre à toa. Brasileiros. É em todo o País que ocorre a paralisação. Então, entendemos que o piso salarial, que é lei, vem sendo litigado com má-fé em boa parte do País.

A sua fala é estimulante. Precisamos, evidentemente, substanciar acordos, a própria discussão sobre os repasses federais para Municípios com problemas. É necessário cumprir o piso.

Infelizmente, a compreensão que vem sendo executada chamo de litiga com má-fé. Porque dizem que vão pagar o piso e incluem as gratificações no contexto do piso. O piso é o básico, é o primeiro degrau.

Concordo com V.Exa.: o piso é o primeiro degrau da escada que leva do piso ao teto, que é exatamente o plano de carreira. Então, é fundamental entender que gratificação é gratificação; piso é piso. As gratificações devem se inserir no vencimento do professor a partir do piso e não dentro dele. Por isso digo que sua fala é estimulante. Na Bahia, o Governo Jaques Wagner assinou acordo para cumprir o piso. Nossa expectativa é de que isso ocorra.

Por último, falo sobre as sedes das novas instituições federais de ensino superior. A última, aprovada para a Bahia — com muito esforço e discussão nesta Comissão —, foi a universidade do Sul do Estado. Itabuna, a maior cidade do sul, foi escolhida não por ser a mais bonita. A mais bonita é Porto Seguro. Quiçá, Porto Seguro é uma das mais bonitas do mundo. Aliás, é nosso berço brasileiro.

Sou Deputada votada em todo Estado da Bahia onde há educação desenvolvida e universidade. E, evidentemente, não aqui faria uma defesa contra Porto Seguro.

Itabuna foi escolhida porque tem maior aporte de doutores, de mestres, com uma universidade estadual altamente dedicada a sua função universitária e não de escolão de ensino superior. Itabuna acabou congregando todos esses requisitos de



facilitação, de atendimento a toda a região sul e extremo sul. Então, hoje, mudar de volta será um grave problema na região. A beleza é importante. Se fosse critério, a minha cidade de Salvador teria a mais importante universidade do Brasil. No entanto é São Paulo — não chamando São Paulo de feia.

O SR. PRESIDENTE (Newton Lima) - V.Exa. arrumou confusão com dois, porque sou paulistano também.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Não chega a ser uma confusão. O que quero dizer é que nesse caso também beleza não põe mesa.

Na verdade, Itabuna foi escolhida por ter um grande contingente de doutores e mestres, um clima universitário já estabelecido e por ser uma cidade centralizada, raio de abrangência fácil para a criação dos *campi* da nova universidade federal.

Por último, quero clamar que a Universidade Federal de Vitória da Conquista seja criada. Já há um *campus* da Universidade Federal da Bahia funcionando lá, e estava mais avançada até do que a do Sul. Faço coro com o Deputado Waldenor Pereira, da nossa Comissão, conquistense, porque já está pronta, só falta um ato do Governo para criar essa universidade.

Defendo também, Ministro, que as verbas para bolsas de mestrado e doutorado sejam melhor distribuídas pelo País. Elas estão muito concentradas no Sul e no Sudeste brasileiro. É muito importante que V.Exa., como ex-Ministro de Ciência e Tecnologia, tenha essa visão muito clara. E nós precisamos fazer esse investimento maior para que o Nordeste brasileiro possa também ingressar de cabeça nesse processo que tem crescido muito, inclusive sob a sua administração no Ministério de Ciência e Tecnologia, mas precisamos catapultar as regiões menos desenvolvidas para ter um território nacional mais uniforme no processo de desenvolvimento da inteligência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Muito obrigado, Deputada Alice Portugal.

Neste primeiro bloco, o último inscrito é o eminente Deputado Alex Canziani, depois ouviremos o Ministro e retomaremos as inscrições.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sr. Presidente, Deputado Newton Lima, cumprimento V.Exa. e desejo sucesso à frente da Comissão de Educação e Cultura, também o Deputado Lelo Coimbra, o Deputado Angelo Vanhoni, nosso



Relator, e especialmente o Ministro Aloízio Mercadante, desejando sucesso nesta missão. Na condição de Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação S.Exa. fez um belo trabalho, e a nossa expectativa e certeza é de que vai fazer também um grande trabalho à frente do Ministério da Educação e Cultura.

Ministro, gostaria de trocar ideia com V.Exa. a respeito de alguns pontos.

Primeiro, V.Exa. falou do UCA Total. Santa Cecília do Pavão, no Paraná, é uma cinco cidades atendidas pelo UCA Total. Quando saiu uma matéria num jornal de grande circulação no Brasil criticando o UCA Total, o Prefeito Edmar chegou a ligar para o repórter para dizer que se essa era a realidade dos outros Municípios, que queria dizer que no Município de Santa Cecília do Pavão o UCA Total é um grande sucesso, e que inclusive na semana anterior o MEC havia feito a capacitação de professores no Município.

Então, Ministro, eu tenho a clara visão de que é de fundamental importância levarmos tecnologia para as escolas. Como bem V.Exa. disse, é a maneira que temos de nos aproximar dos jovens que estão hoje na Internet. E temos que aproximar a tecnologia deles, até para que vejam a escola como uma perspectiva de uma vida melhor.

Então, sou favorável, sim.

Participa conosco o Prefeito de Rolândia, que adquiriu projetores para a sua cidade. Os projetores são um grande sucesso para as crianças e professores. Essa outra tecnologia que transforma a lousa digital vai ser um importante instrumento para fazer com que os jovens vejam a educação mais de perto como estão vendo hoje em dia a Internet, o *Smartphone* e tantas outras tecnologias.

Sou francamente favorável a isso.

Outra questão, Sr. Ministro, diz respeito ao piso nacional, que considero de fundamental importância.

V.Exa. dizia, e um dos pontos primordiais do PNE é a valorização do professor. Ora, a valorização não se dá em carinho, atenção e respeito, mas em remuneração. E não adianta querermos dar reajuste da inflação, reajuste do INPC, temos que dar aumentos significativos e reais. Entendo a posição de Governadores, de Prefeitos. Ainda hoje alguns Prefeitos me falavam das dificuldades, mas temos que buscar um caminho. Não podemos parar com essa política de valorização dos



professores. Temos que ter informações melhores. Temos que trazer os melhores talentos para dar aula, e só vamos ter isso com uma remuneração digna. Infelizmente, hoje, 1 mil e 400 reais também não é aquilo que pretendemos. Temos que crescer ainda mais.

Outra questão que gostaria de abordar, Ministro, e já falamos disso juntos com integrantes da Frente Parlamentar, diz respeito à educação superior.

Se tivemos o PROUNI, uma grande ampliação através das universidades privadas, se tivemos a expansão da rede federal, e é preciso reconhecer o que fez o Ministro Fernando Haddad, sua equipe, o Governo Lula e o Governo Dilma — acredito que podemos alavancar o desenvolvimento da educação superior, conseguindo mais alunos para as redes estaduais.

O Brasil possui uma rede de universidades estaduais espalhadas por todo o País. A ABRUEM — Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais também tem a visão clara de que, se dermos oportunidade de uma parceria através do custeio dessas universidades — e o próprio Paim dizia: *“Nós precisamos de uma nova legislação para isso, mas que façamos essa legislação”* — poderemos incrementar significativamente o número de vagas.

A Comissão de Educação aprovou no PPA uma emenda para dobrar em 4 anos o número de vagas nas universidades estaduais. Tenho a convicção de que, com o apoio do Ministério da Educação, poderemos implementá-la e, assim, aumentar a oferta de vagas das instituições estaduais do País.

Ministro, quero parabenizar V.Exa. e desejar-lhe sucesso. Conte conosco e, tenho certeza, com todos os Deputados. Aqui não existe Deputado de Situação, Deputado de Oposição, porque todos nós defendemos a bandeira da educação com uma certeza de que ela é fundamental para o desenvolvimento e para a transformação do País que todos queremos.

Parabéns a V.Exa., e viva a educação!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Muito obrigado, Deputado Alex Canziani.

Quero anunciar que, na próxima semana, teremos a satisfação de receber a Ministra Ana de Hollanda na Comissão de Educação e Cultura.

Passo a palavra ao Ministro Aloizio Mercadante.



O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE - Vou ser bastante breve. Há muitos Parlamentares inscritos.

Primeiro, a questão do financiamento.

Meu compromisso, Presidente Newton Lima, é voltar à Comissão que está discutindo o PNE. Assumo o compromisso de vir um representante da equipe econômica do Governo e aprofundarmos essa discussão do financiamento e das metas do PNE. São 20 metas além dos ajustes que estão sendo propostos.

Tive uma excelente discussão com o Relator Angelo Vanhoni. Podemos fazer isso já na semana que vem ou na outra, na hora que V.Exa. definir, e então discutiremos o financiamento e a responsabilidade dos entes.

Sobre as creches.

O Romeu, que coordena a nossa assessoria técnica, é um gestor muito competente e imprescindível no trabalho do MEC. O Luiz Gordon e a Aninha também fazem parte da assessoria — dois jovens que fizeram mestrado na USP, o Luiz já está fazendo o doutorado. Logo que assumi, eles nos trouxeram um pouco desse diagnóstico que compartilhamos integralmente. Há um problema de capacidade de execução das creches e pré-escolas. Como eu disse, estamos demorando em torno de dois anos e meio. E onde está o problema? Nas Prefeituras. A licitação está demorando em torno de 6 meses, e a performance das empresas está lenta. A obra é muito bem feita — V.Exas. viram quando apresentei a estrutura, a beleza, a qualidade —, ou seja, há um rigor de qualidade que não podemos perder.

A obra ficou muito tempo parada. Estamos hoje com o mercado residencial muito aquecido: Minha Casa, Minha Vida, obras de infraestrutura, estradas, portos. Enfim, há um crescimento do setor imobiliário e há problemas inclusive de mão de obra qualificada em algumas regiões, faltam pedreiro, encanador, eletricista, e as empresas estão sobrecarregadas nas suas carteiras. Algumas inclusive entram, ganham a licitação e não iniciam a obra, porque estão concluindo outra obra. Isso traz muitos prejuízos ao ritmo que queremos imprimir.

O que estamos buscando? Novos métodos construtivos.

Não sei se V.Exas. viram outro dia a notícia de que, na China, um prédio de 30 andares foi feito num período absolutamente reduzido e com uma estrutura que



suporta 9 graus da Escala Richter. É um novo método, pré-moldado, com montagem e eficiência. Não temos muita coisa no Brasil, mas já temos novos métodos construtivos.

O que o MEC quer garantir é a oferta desses serviços de engenharia, mas com a qualidade assegurada. No Nordeste, há o problema térmico, o problema de quanto dura o material que se está usando, o problema acústico na escola, o problema de não poder ter quina para as crianças não se machucarem. O INMETRO está fazendo esse estudo para termos uma opção a mais em relação às creches.

Agora, na relação republicana, a competência do MEC é o convênio e o financiamento. O nosso financiamento é todo antecipado. Não há uma Prefeitura no Brasil com problemas de receber antecipadamente recursos para creche e para escola. Como eu disse, acabou a licitação, ela recebe já uma antecipação; construiu a outra metade da creche, recebe 100%; construiu 80%, recebe o mobiliário. Nós pagamos na frente para não haver nenhum atraso. O problema é a capacidade de execução mesmo.

A solução que temos é essa. V.Exas. estão na ponta, convivendo com os Prefeitos, e, se tiverem outras sugestões, serão muito bem-vindas ao MEC. Nós estamos com o INMETRO e com algumas instituições de pesquisa. Conversei também com o IPT em São Paulo, várias instituições que têm pesquisas nessa área da construção civil.

Inclusive, quando eu estava no MCTI, fizemos uma parceria com a empresa estatal inglesa, o BRE, que construiu a cidade olímpica, para criarmos o nosso primeiro parque tecnológico da construção civil aqui em Brasília, na UnB. Inclusive os recursos estavam designados. Para quê? A indústria da construção civil vai ter que avançar na sustentabilidade ambiental. Vejam, estamos em uma sala com iluminação artificial em uma cidade totalmente iluminada, e há o custo da energia, o ar refrigerado. Enfim, ela vai ter que se modernizar em relação à sustentabilidade, ela vai ter que pesquisar novos materiais, ela vai ter que desenvolver novos métodos construtivos, e nós faríamos o primeiro parque da indústria da construção civil aqui em Brasília, em parceria com essa empresa inglesa, uma empresa de ponta.

Então estamos totalmente de acordo.



Em relação aos 3 milhões e 800 mil estudantes que o Todos pela Educação definiu que estão fora da escola, onde está o nosso maior problema? V.Exa. identificou na pré-escola, que é esse esforço que estamos fazendo de apoiar as prefeituras a atingir essa meta com qualidade, e, na outra ponta, no ensino médio.

O que acontece no ensino médio? A defasagem de série, que começa porque a criança não foi alfabetização na idade certa, vai se agravando e explode no ensino médio. E o ensino médio, por não ter um currículo mais flexível, mais adaptado a essa rebeldia, a essa inquietação, a essa busca dos jovens, perde o aluno, que larga a escola para entrar no mercado de trabalho aquecido. Então estamos com um ensino médio inovador, com parcerias como essa que fizemos com o Instituto Unibanco em vários Estados da Federação, com o PRONATEC, que associa o ensino técnico profissionalizante com o ensino regular, com a expansão dos institutos federais.

Na quinta-feira, quando eu estive no Rio Grande do Norte, lançamos três novos *campi* do Instituto Federal do Estado. Eu fico muito preocupado quando V.Exa. e a Deputada Fátima Bezerra aparecem lá, porque o Tesouro Nacional treme com o ritmo da expansão que há no Rio Grande do Norte. Mas é um projeto fantástico. Aquele instituto que eu vi lá é um instituto antigo, mas há qualidade nas salas, na aula, na infraestrutura, no ensino.

Então, estamos nesse esforço de enfrentar essa questão. E uma das formas a mais para ganhar velocidade é a ideia do *tablet* e do projetor, é jogar a Internet na sala de aula, fazer uma aula interativa, exposições mais desenvolvidas e avançarmos em direção à inclusão digital.

V.Exa. tem toda razão também, Deputado, quando fala da importância da creche e da pré-escola para a alfabetização na idade certa. Por exemplo, o que nós identificamos nas nossas creches? Na segunda-feira aumenta a demanda por alimentação das crianças, elas voltam do final de semana com fome. E é um tema que estamos exatamente pesquisando para saber como vamos responder. A família recebe Bolsa Família, a crianças está na creche, mas, depois do sábado e do domingo, quando volta, está com fome.

Precisamos melhorar a alimentação, porque as sequelas de formação neurológica na capacidade cognitiva vêm da gravidez até essa faixa de três anos.



Então é muito importante expandir a creche e a pré-escola, onde a criança vai aprender a lidar com os materiais, com o arranjo social da escola, o lápis, a borracha, as cores, vai ter um envolvimento com um processo educacional para ser alfabetizada na idade certa.

Agora, por que a opção pedagógica da Conferência Nacional de Educação e de todos os pedagogos mais competentes do Brasil estabeleceram o primeiro ciclo até oito anos? Somos um país muito desigual e não podemos achar que a filha do faxineiro vai ter a mesma condição de se alfabetizar que a filha do reitor. Então, o período do ciclo até oito anos é exatamente para garantir que essa diferença de quem esteve na creche ou não, de quem teve um ambiente doméstico favorável ou não, de quem teve estímulo com letramento, que já começou a própria motivação em casa possa acompanhar o ritmo de todos. Então vamos fazer avaliação com sete e oito anos os exatamente para tentar estimular as escolas a alfabetizarem até os sete anos.

Em relação ao método pedagógico, o que o MEC pode fazer é oferecer material de apoio pedagógico, respeitando a pluralidade do Brasil. Outro dia, eu disse isso num debate no Senado Federal. O Senado é uma instituição com 180 anos e o Brasil tem esse tamanho continental menos pela força das armas e mais pela capacidade do Parlamento brasileiro de construir um consenso nacional, porque a América Espanhola é toda dividida. O sonho de Bolívar e outros de ter uma América integrada nunca se efetivou na América Espanhola, mas o Brasil, a nossa identidade nacional, o tamanho continental se deve à competência política do Parlamento, que ainda continua sendo tão atacado e não se reconhece o papel indispensável que teve na história do Brasil. Por quê? Porque o pacto republicano respeita a pluralidade e a diversidade. E é essa engenharia, essa articulação, esse respeito à nossa diversidade, à nossa pluralidade que constrói um País deste tamanho e com essa força, que hoje é a sexta economia do mundo e é um dos países com maior potencial de futuro. Então, temos que respeitar na escola a pluralidade e a diversidade. Isso é fundamental para o Governo ter uma relação direcionada, ideológica, pedagógica, e cada Governo que entra quer impor sua concepção.



Então, todo cuidado no livro didático, porque as licitações são feitas com três anos de antecedência, e que quem faz a produção são as universidades. O Governo oferece um guia de opções para as escolas, e os professores optam pelo caminho que acharem necessário. É fundamental esse cuidado para que a gente respeite a pluralidade, a democracia e preserve esse caráter republicano.

Em relação ao financiamento, eu acho que V.Exa. tem muita razão, precisamos pensar o financiamento numa relação republicana. Eu me comprometo a voltar aqui para discutir apenas esse assunto com profundidade, porque não é um tema simples. Mas faria um destaque: é muito importante que cheguemos a um entendimento sobre os *royalties*.. Se olharmos para a história, dou como exemplo os países que descobriram as grandes reservas de petróleo no início dos anos 70, Noruega e Venezuela.

Quando a Venezuela descobriu os grandes campos de petróleo, Celso Furtado escreveu um livro e disse ser ela o primeiro País da América Latina que pode romper as barreiras do subdesenvolvimento e se transformar num país desenvolvido ou não, vai depender de como usará essa riqueza nas próximas décadas.

A Noruega, que descobriu na mesma época, tem o primeiro IDH do planeta. É um país menor, de muitas reservas, mas soube construir um fundo soberano, soube vincular os *royalties* a projetos estratégicos de desenvolvimento, educação, meio ambiente, ciência e tecnologia, e é o que é. E a Venezuela tem as dificuldades que tem.

No Brasil, é só olhar as economias exportadoras de petróleo, o nível de conflitualidade, de disputas internas, de guerras no entorno, de burocracias petroleiras autoritárias e pesadas, a incapacidade de construir a democracia e desenvolver os outros setores da economia pelo problema da doença holandesa. Então, eu acho este o debate mais importante do País, em termos de financiamento do futuro. No meu ponto de vista, temos que chegar a um acordo entre Estados produtores e não produtores, porque os Estados produtores não têm o ICMS na origem do petróleo, não têm. Portanto, eles têm que ter um diferencial de riqueza, e nós não podemos resolver o problema do Brasil desequilibrando o pacto federativo.



E volto à competência do Parlamento de preservar a integridade territorial e o entendimento da Nação na política, no entendimento, no diálogo. Agora, qual é o projeto de futuro para os *royalties*? O petróleo é uma riqueza não renovável, os nossos netos não terão acesso a essa riqueza do pré-sal. Não terão. O que vamos deixar para eles? Vamos pegar essa riqueza e distribuir na máquina pública? É só visitar algumas Prefeituras que têm *royalties* espetaculares e ver o que aconteceu. E quando acabar o petróleo fica o quê? Ou vai visitar a Serra do Navio, no Amapá, que visitei nos anos 70, quando era jovem, e que hoje é um buraco sem nada, ou então, o Rio Grande do Norte que se conhece o que aconteceu. Então, o *royalty* é para preparar o pós-petróleo, e o pós-petróleo tem que ser a sociedade do conhecimento. E para construir a sociedade do conhecimento, quem vai dar sustentabilidade e desenvolvimento para o Brasil é educação, ciência e tecnologia. Esse é o debate central que precisamos fazer.

E por que o acordo nos *royalties* é mais fácil do que o acordo do PIB? Porque a discussão do PIB é o seguinte: quando analisamos a educação, fazemos o levantamento e vemos do que precisamos, chegamos a uma conta. Agora, reúna a bancada da saúde e veja qual a situação da saúde. Perdemos a CPMF. Temos um subfinanciamento na saúde, quando comparado com outros países. A saúde tem desafios. Basta entrarmos num pronto-socorro ou ver uma unidade básica de saúde, conversar com qualquer Prefeito, qualquer Governador, para vermos o tamanho da dificuldade que este País tem na área da saúde. Se formos para a segurança, basta olhar a temperatura onde está e a cobrança da população em termos de segurança, para não falar da estrutura logística dos portos e aeroportos.

Então, a conta que tem que ser feita é aumentar a educação, mas vai ter que sair de algum lugar. Essa conta tem que fechar. Se eu dobrar a verba para educação — eu tenho hoje 74 bilhões de reais e vou trazer mais 74 bilhões de reais — tem que reunir a Comissão de Orçamento e dizer como fechar essa conta. Senão, vamos precisar de dois PIBs, cada um estabelece uma relação com o PIB e a conta não fecha lá na frente.

Precisamos chegar num entendimento sobre isso, crescer de forma sustentável e viável historicamente, senão vai ficar que nem a taxa de juros na Constituição: tem lá uma definição, que era 12%, até o dia que tivemos o bom senso



de tirar. Então, vamos estabelecer uma meta, vamos discutir com profundidade a meta na próxima reunião, mas que seja viável, sustentável, que realmente a educação seja política, estratégica e prioritária e, portanto, ela tem que ter prioridade sobre as demais, porque ela vai resolver os problemas estruturais do Brasil, mas ela tem que ser viável.

Os *royalties* do pré-sal não existem ainda no volume que existirão. Portanto, temos que chegar num entendimento sobre os *royalties*, uma riqueza inexorável e de grande alcance. Se falarmos em 40 bilhões de barris de petróleo, e é mais do isso o pré-sal, a 100 dólares o barril, falamos em 4 trilhões de dólares.

Quer dizer, chegar num acordo nos próximos 10, 15 anos que a prioridade deste País é educação, ciência e tecnologia, e os *royalties* têm que financiar Municípios, Estados e União, prioritariamente essa política, vamos evitar um inchaço da máquina, porque um dia o petróleo vai acabar e vamos ter uma crise em Prefeituras e Governo de Estado, como já tivemos, ainda localizadamente, e teremos uma Nação para os nossos herdeiros e não repetiremos os erros dos países produtores de petróleo.

Então, eu acho que esse é um grande debate e temos que construir a relação do pacto federativo.

Para terminar, quero dizer à Deputada Alice, concordando com a intervenção de S.Exa. em gênero, número e grau, que discussão mais importante não é só onde vai ser a sede, onde vai ser a sucursal ou o *campus*, a discussão mais importante é pensarmos que, às vezes, a melhor universidade não está nas grandes cidades. Historicamente você herdou algumas situações, mas a nova expansão, além de ter que interiorizar o desenvolvimento, porque temos que levar onde não tem, porque a universidade muda a qualidade de desenvolvimento, desconcentrar lugares agradáveis, lugares com beleza, com natureza, com tranquilidade, talvez seja a expansão mais promissora para educação, para onde devemos mandar nossos jovens, fora daquela confusão do trânsito, daquele caos, daquela tensão, para que eles se dediquem realmente aos estudos.

Você vai nos grandes *campi*, de Cambridge, de Oxford, de Harvard e verifica qual é o ambiente profissional que queremos. São Carlos é um bom exemplo. São



Carlos é uma excelente universidade, ainda mais que temos dois Reitores agora presentes na reunião. Eu não faria outra coisa, a não ser reconhecer São Carlos.

Mas, agora, o que me chama a atenção? Porto Seguro ainda tem um significado histórico fundamental, foi ali que o Brasil começou a colonização. Então, ter uma universidade de ponta num lugar onde foi a descoberta, que tem aquela coisa antropológica da comunidade indígena, foi ali que fizemos os atos mais importantes do ano 2000, inclusive a reflexão sobre o que nós somos, o que foi essa colonização, qual foi a afirmação do Brasil como Nação, e pensar naquela beleza exuberante com um centro educacional de ponta, eu acho que não é só a Bahia que vai ganhar, vai ganhar o Brasil e vai ganhar o planeta, porque tenho certeza de que os melhores pesquisadores serão facilmente motivados a estarem presentes num centro de excelência como esse.

Evidentemente, vamos respeitar a vontade da bancada, mas é uma discussão que precisaria ser bem aprofundada.

Alex, eu disse aqui e vou repetir: fizemos um seminário com 27 equipes de pesquisa. Convidamos a Secretaria, todos os especialistas que estão analisando o PROUCA. Não adianta pegar duas frases de um relatório e publicar num artigo. Vamos analisar com profundidade o impacto nos alunos, nos professores, na comunidade, se evoluiu, do ponto de vista pedagógico, a aprendizagem, se os alunos que não tinham acesso se sentem motivados por ter acesso à informática. Quer dizer, o que foi que se gerou no ambiente e na interação professor/aluno? Em que momento o professor foi atropelado, ou não, por esse processo? Então a reflexão é muito aprofundada. E, como eu disse, vocês poderão ver no relatório, vou distribuí-lo, que é muito positiva a avaliação. É evidente que os pesquisadores apontam alguns problemas de estrutura, de acesso à banda; há problemas objetivos e uma reflexão pedagógica profunda: como é que articulamos a liderança do professor com o processo de inclusão digital?

Eu vou mais longe. Essa tecnologia da informação vai mudar os currículos e o processo pedagógico. Por quê? Porque a nossa geração tinha necessidade de memorização, pois antes só tinha a capacidade de guardar informações nos livros e no papel. Com o HD, com o *pen drive*, a nova geração não precisa preencher o seu HD cerebral com memorização, ela precisa ser estimulada a raciocinar, a criar, a



interagir, a pensar, especialmente a inovar. As informações podemos sistematizar: é só acessar a rede, o *Google*.

Está todo mundo no celular vendo notícia enquanto estou aqui sentado. Quando eu era Deputado aqui o único celular que tinha era um negócio pesado e ao ser colocado no bolso me deixava torto, era aquela bateria — não vou falar qual era a empresa —, uma bateria grande, o negócio mal funcionava. Vejam os recursos que temos hoje: temos o *Google* à mão, temos agência de notícias e temos o assessor mandando notícia: “Deputado, saia já porque você tem reunião em outra Comissão, já começou a audiência agora e tal...”. Esse é o mundo e este é um outro Parlamento.

Não é correto a escola ser privada desse desafio histórico, mesmo porque, repito, para quem tem renda e riqueza já aconteceu na família; o que estamos discutindo é se os pobres deste País vão entrar nesse mundo ou não. Se eu for Ministro, eles vão entrar. Vamos começar pelo professor, vamos respeitar o processo pedagógico, mas vamos dar o direito de eles entrarem na Internet, de terem *e-mail*, endereço eletrônico, de usarem a Internet para se desenvolver. Eu acho que isso vai mudar a história do Brasil. As forças conservadoras nunca enxergaram o direito de a maioria da população ter acesso à educação. E o dia em que resolvermos isso, vamos ser um outro País.

Tenho certeza de que hoje o debate é de outra qualidade, envolve o PROUNI, o REUNI, o FIES, a expansão. Há consenso nesta Comissão, estou certo, nesta direção: temos que universalizar o acesso e dar qualidade, e a tecnologia da informação é grande instrumento para alunos e professores. Vamos começar pelo professor no ensino médio, porque é mais seguro, e depois vamos chegar aos alunos, retomando a ideia de um computador por aluno. Essa é a meta do MEC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Obrigado, Ministro.

Temos 14 inscritos, então vamos fazer 2 blocos de 7 Parlamentares. Vou pedir encarecidamente a todos os oradores que possam se restringir ao tempo, em respeito ao Ministro e para que todos possam falar. Vou pedir inclusive à assessoria e ao pessoal da Comissão que me avisem quando completar 1 minuto para que tenhamos controle do tempo.



Neste bloco teremos Izalci, Fátima Bezerra, Waldenor Pereira, Waldir Maranhão, PSOL — a bancada toda subdividida em 5 minutos —, os 3 gloriosos companheiros, Jean Wyllys, Ivan e o Chico, o Stepan, e vamos até o Pedro Uczai, na penúltima rodada.

Deputado Izalci com a palavra.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, Sr. Ministro, quero ser bastante objetivo para que possamos ganhar tempo. Em primeiro lugar, quero dizer que a educação ganha muito com a passagem de V.Exa. no Ministério de Ciência e Tecnologia. Acho até que deveria ser pré-requisito para Ministro da Educação e mesmo da Economia a passagem pela Ciência e Tecnologia. Eu tive a oportunidade, por 2 mandatos, de ser Secretário de Ciência e Tecnologia e sei a importância disso.

Aproveitando a oportunidade, Sr. Ministro, quero dizer que essa ideia do *tablet* para os professores e de um computador por aluno é brilhante. Tive a oportunidade, aqui no DF, em 2007, de lançar o *laptop* para os professores e fizemos isso muito bem. Mas dois problemas ocorreram e talvez pudessem ser corrigidos agora. Primeiro, temos em algumas escolas experimentais em Brasília um computador por aluno, e recentemente saiu matéria pela televisão dizendo que isso não está funcionando por causa da Internet. Então, se não resolvermos a questão da banda larga nas escolas, dificilmente teremos sucesso com essa tecnologia que está aí, porque é impossível praticar isso sem banda larga da forma como precisa ser feito.

Com relação aos professores, também acho importante colocar junto a eles um monitor, uma pessoa experiente na área de tecnologia, mas isso pode levar o professor a não se dedicar o suficiente para aprender a trabalhar. Então, nós colocamos no nosso projeto, e infelizmente não foi concluído, que o pré-requisito para receber o *tablet* é ter a qualificação; é preciso ter tempo em horas para que ele se dedique a conhecer o equipamento e a tecnologia.

Segundo, Ministro, senti na apresentação e na fala de V.Exa., e também em outras apresentações, que muitas metas estão sendo antecipadas e inclusive aumentadas. Eu solicitaria a V.Exa., que se prontificou a vir a uma próxima reunião para debater a questão do Plano Nacional, que trouxesse essa nova composição de metas, inclusive os valores. Estamos lutando muito para trazer aqui o Ministro da



Fazenda, e agora a questão é simbólica. É importante para nós a presença do Ministro, por mais que tenhamos pessoas técnicas excelentes no Ministério para virem à Comissão, para falar sobre questões relacionadas ao Plano Nacional de Educação.

Aprovamos requerimento de convocação, que transformamos em convite, no ano passado, mas infelizmente, na última reunião, isso não aconteceu e a perspectiva é que volte a não acontecer, por isso estamos aguardando a próxima reunião do PNE e, se for o caso, vamos votar novo requerimento de convocação. A presença do Ministro é fundamental exatamente para mostrar à sociedade que a educação é prioridade. Eu gostaria muito que ele tivesse passado pela Ciência e Tecnologia, pois tenho certeza de que S.Exa. mudaria completamente a posição.

Com relação à votação do projeto, isso depende exclusivamente do Governo, dessa boa vontade exatamente de o Ministro vir aqui. O Deputado Angelo Vanhoni fez um trabalho maravilhoso, pois abriu as portas para todos os Deputados, para a sociedade de modo geral, mas vejo, e na colocação que S.Exa. fez há pouco, a convicção do Relator de que talvez nem consigamos gastar o recurso, os 7,5%. É o que foi dito. Eu tenho formação. Eu sou contador e auditor. Eu gostaria, sim, que o Ministro da Fazenda e os técnicos nos convencessem disso. Acho que o Relator está bastante convencido, mas a grande maioria dos membros do plano não está convencida. Então vamos lutar até o final, até que o Ministro nos convença de que 10% não é possível e que bastam 7,5%. E a participação de V.Exa. no convencimento de trazer a esta Casa o Ministro da Fazenda é importante para agilizar a votação.

Com relação à questão dos professores, do ganho real, do piso, ora, precisamos avançar praticamente 100% do piso que foi aprovado recentemente para atingir nossa meta de chegar à metade do valor dos demais profissionais. São 100% de ganho real. Para isso temos que trabalhar a questão do pacto federativo, da definição do reajuste. A pressão aqui está muito forte para que haja mudança na correção pelo INPC e outras coisas mais, mas é impossível atendermos ao Plano Nacional se abrirmos a questão para nova legislação de correção.

Fiquei abismado ao saber que nenhum Município, nenhum Estado, até agora, recorreu ao MEC para pagar o piso. Ora, se 17 Estados não estão cumprindo o piso



— quando se fala em piso é a remuneração mais um terço da carga horária —, por que esses Municípios e Estados não conseguiram do MEC? Então há divergência: ou os Municípios realmente não têm capacidade de fazer e reivindicar isso ou o Ministério talvez tenha exigido coisas impossíveis de serem praticadas. É preciso ter trabalho nesse sentido para avançarmos com relação ao salário dos professores.

Eu acho que consumiria muito mais do que está previsto. Temos divergências em alguns números com relação às metas, aplicados nas metas do Relator, e alguns deles não coincidem com aquilo que já pesquisamos. Temos, inclusive, valores que são praticados hoje, e o relatório está projetando isso para daqui a 8, 10 anos.

Essa reunião específica do Plano com a presença de V.Exa. e também do Ministro da Educação deverá agilizar bastante a votação desse projeto.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Muito obrigado, Deputado Izalci.

Passo a palavra à nossa sempre querida Presidenta da Comissão de Educação e Cultura, *patronesse* do piso salarial do magistério, companheira, amiga e Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Meu querido Deputado Newton Lima, é uma alegria vê-lo à frente da Comissão de Educação e Cultura.

Quero dar o meu boa tarde ao Ministro Mercadante, ao Secretário-Executivo Dr. Paim e, em nome deles, saudar os demais integrantes da equipe do MEC presentes. Quero saudar também, de forma muito breve, essas parceiras fundamentais na luta em defesa da educação pública no nosso País — UNE, UBES, UNDIME, CNTE — e, por meio delas, as demais entidades presentes.

Ministro, inicialmente V.Exa. mostrou com muita precisão pequeno diagnóstico da educação no País, pequeno, de um lado, mas, de outro lado, grandioso do ponto de vista dos desafios que estão colocados para a educação. E V.Exa. mostrou ali diagnóstico, quando falou desde a pré-escola até a universidade, pontuando exatamente os nossos desafios no que diz respeito à questão da expansão, universalização e ampliação do atendimento escolar, à questão evasão, à questão da distorção idade/série.



Estou falando isso, Ministro, porque tudo tem a ver com o Plano Nacional da Educação. Inclusive, V.Exa. foi muito feliz quando começou a sua fala fazendo um pedido — viu, Deputado Vanhoni, nosso querido Relator, e Deputado Lelo, nosso querido Presidente da Comissão Especial. V.Exa., inclusive, fez o pedido para que aprovemos o Plano Nacional de Educação o quanto antes.

Começo a minha fala exatamente renovando esse apelo. Confesso que não só eu, mas vários Deputados têm-se sentido incomodados com o fato de o Plano Nacional de Educação estar nesta Casa há mais de 1 ano e não o termos aprovado ainda.

Falta de debate não é, não foi e não será. Seguramente esse foi um dos projetos mais discutidos do Congresso Nacional, da sua história, Ministro Mercadante. Não sei se V.Exa. sabe que ele recebeu mais emendas do que a saudosa Constituinte de 1988.

Tive a alegria de acompanhar o Deputado Vanhoni, na condição de Presidente da Comissão de Educação e Cultura, em vários debates pelo País afora, audiências as mais qualificadas, enfim, debate muito rico.

E agora? Agora é votar. Poucos pontos polêmicos restam no relatório apresentado pelo Deputado Vanhoni. Estou ou não correta, Deputado Vanhoni? Poucos pontos polêmicos. O relatório do Deputado Vanhoni traz avanços muito importantes.

Um dos pontos polêmicos é a questão do PIB. É legítimo, é bom, é saudável que a sociedade peça mais dinheiro para a educação. Isso é muito bom, inclusive para fazermos avançar nesta Casa a tese do financiamento e de mais recursos para a educação.

Enfim, Ministro, é muito bom isso, porque V.Exa. inclusive terminou sua fala dizendo que sua gestão terá como referência exatamente o Plano Nacional de Educação. O Governo fez a sua parte, mandou o projeto para cá. Agora, temos que fazer a nossa parte, no sentido de aprovar.

Sobre a expansão e fortalecimento da educação profissional do ensino superior, Ministro, eu queria muito rapidamente falar. O projeto de expansão da educação profissional — tenho dito isso a V.Exa. — é um dos projetos mais vitoriosos do Governo do Presidente Lula e agora do Governo da Presidenta Lula.



V.Exa. esteve quinta-feira em Natal. Aliás, foi muito boa a sua presença lá, Deputado Newton Lima, excelente. E o meu Estado é um exemplo do que eu acabo de dizer. É, proporcionalmente, um dos Estados mais bem contemplados pelo Plano de Expansão da Educação Profissional no Rio Grande do Norte. Eram duas unidades apenas, e estamos chegando a 19.

Mas, com já lhe disse em Natal, quero dizer novamente a V.Exa. que nós precisamos de mais universidades, e não é só no Rio Grande do Norte, mas em todo o Brasil. Avançamos muito, sim, e tenho muito orgulho do que o Governo do Presidente Lula, do PT e seus aliados fizeram no campo da educação nos últimos 9 anos, mas o fato é que precisamos não só consolidar o REUNI, como também, a exemplo da educação profissional, pensar uma nova fase para a expansão do ensino superior. Apenas 14% de nossos jovens têm acesso ao ensino superior no Brasil, taxa inferior à dos países vizinhos.

E, no Nordeste, V.Exa. sabe, essa realidade é ainda mais dramática, caindo a taxa para 7%. Nós estamos discutindo com a Profa. Ângela e com o Reitor do Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica um novo projeto, a ser apresentado a V.Exa., para ampliar a oferta de vagas no ensino superior do Rio Grande do Norte.

Com relação ao piso — e, por falar nisso, quero saudar a CNTE e os sindicatos a ela filiados, que desde hoje fazem mobilização em todo o País em defesa do cumprimento da lei do piso salarial. Na verdade, Ministro, não é uma paralisação contra o Governo Dilma, contra o Governo Federal. Muito pelo contrário, uma vez que o Governo Federal, por meio do MEC e de V.Exa., teve postura firme, sem dubiedades, no sentido de respeitar a legislação e de cumprir a lei do piso salarial.

É bom que se diga que essa mobilização nacional dos trabalhadores na educação em todo o País é muito mais no sentido de buscar a adesão da sociedade, de chamar a sociedade para essa luta, de dizer à sociedade que a agenda da educação tem que ser também por ela abraçada, pois tem que ser uma agenda do País. E essa mobilização se faz também porque ainda há muitos Estados e Municípios País afora que não estão cumprindo a lei do piso salarial do magistério.



Recentemente, fui incumbida pelo Deputado Marco Maia de articular uma comissão de caráter plural e suprapartidário para discutir o projeto em debate na Casa que trata do mecanismo de reajuste do piso salarial. Já estamos fazendo isso e esperamos contar com a participação de V.Exa. Também o Deputado Newton Lima, na condição de Presidente da Comissão de Educação, participa dessa articulação. O fato é que nós vamos buscar proposta alternativa, porque não concordamos com a posição dos gestores de querer que o mecanismo de reajuste passe a ser o INPC puro e simples. Isso não é adequado, não está em sintonia com a Meta 17, que é um compromisso do Parlamento e do Estado brasileiro no sentido de avançar no que diz respeito à política de valorização salarial do magistério.

Mas, igualmente, a CNTE, com sua postura de responsabilidade e compromisso, sabe que tem de vir à mesa para buscarmos proposta intermediária.

Assim, quero dizer a V.Exa. que estamos empenhados no propósito de darmos nossa contribuição, porque a lei foi aprovada por unanimidade nesta Casa, e é nosso dever defendê-la e, portanto, participar do debate e fazer os ajustes necessários — ajustes esses que, deixo bem claro, não vão colocar em risco a política hoje em curso no País, que é a política de valorização salarial e profissional do magistério, para que tenhamos a carreira atrativa que V.Exa. e todos nós defendemos.

Finalmente, Ministro, deixo algumas perguntas à V.Exa.

Quando será constituída a mesa de negociação com o CONSED, UNDIME, CNTE, para buscar alternativa à implementação das carreiras, assim como o quadro de um terço da hora-atividade?

Existe no Ministério algum programa específico para o ensino de inglês e espanhol?

No que diz respeito à questão dos *tablets*, V.Exa. aqui já colocou que vai começar pelo ensino médio. A pergunta é: para o ensino básico, quantos serão distribuídos e quando?

Vou passar às mãos de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Obrigado, Deputada Fátima. Vou fazer uma breve interrupção de um minutinho. Depois passamos a palavra ao Deputado Jean Wyllys.



O SR. DEPUTADO LUIZ NOÉ - Presidente Newton, só para sugestão de encaminhamento. Além dos inscritos, só resta a minha fala para o próximo bloco. Então, inclua-me neste bloco, porque já encerramos a demanda, pelo número que há de presentes no auditório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Perfeito. Vamos ver aqui. Jean Wyllys e Stepan estão presentes, o Pedro Uczai não está, o Vicentinho saiu, o Noé, que é você, o Jorginho Mello saiu, o Paulo Rubem declinou. Mara Gabrilli não se encontra.

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Em solidariedade a ele, ao invés de ele vir aqui, nós vamos lá para prestigiar a Minoria, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Então, depois da bancada do glorioso PSOL, nós vamos ouvir o Stepan, você, Noé, e fechamos os trabalhos.

Se algum outro colega que já estava inscrito aparecer, nós certamente franquearemos a palavra.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Eu queria fazer um registro e saudar o William Woo, que está aqui, e foi Deputado conosco na legislatura passada. Foi um belo mandato. É bom vê-lo novamente aqui. Que venha ungir de novo mandato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Seja muito bem-vindo, Woo.
(Pausa.)

Passo a palavra ao Deputado Jean Wyllys.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Deputado, só 15 segundinhos. Ministro, quero primeiro parabenizá-lo pelo trabalho, junto com toda a sua equipe à frente do Ministério, dando continuidade e avançando.

Digo aqui, de público, Mercadante, o quanto nós colocamos fé na sua atuação. Eu dizia aqui ao Deputado Chico Alencar que você, além de Professor, de ter a identidade que você tem com a realidade educacional no nosso País, tem a formação de Economia. Eu digo isso porque você foi, é e será um aliado muito importante para disputarmos mais dinheiro para a Educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Essa discussão nós vamos fazer na próxima reunião.

Deputado Jean Wyllys com a palavra, junto com o Deputado Chico Alencar.



O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Boa tarde, Presidente. Vou ser bastante objetivo, pelo tempo que temos. Quero saudar a presença do Ministro e dizer que fiquei bastante entusiasmado com as falas, com as estatísticas e as metas apresentadas, mas eu senti falta de mais dados, estatísticas ou mesmo comentários diretos sobre a fiscalização da qualidade do ensino fundamental e médio que é oferecido a nossa população.

Sou professor do ensino superior privado. Temos percebido que muitos alunos têm chegado ao ensino superior sem as qualidades, habilidades e competências necessárias para ingressar no ensino superior, sobretudo no privado, o que quer dizer que há um analfabetismo estrutural sendo desenvolvido, e eu não vi nenhum dado estatístico ou mesmo um comentário direto sobre isso.

Um outro aspecto é que V.Exa. falou superficialmente da educação inclusiva para diversidade. Eu queria mais detalhes acerca dessas políticas públicas de educação inclusiva para diversidade, sobretudo porque, no ano passado, o Governo suspendeu um projeto de enfrentamento do *bullying* homofóbico nas escolas, que foi o Projeto Escola sem Homofobia, sob a alegação de que o projeto fazia propaganda de opção sexual.

Então, mais diretamente, que políticas públicas estão sendo pensadas para fazer uma educação de fato inclusiva e para a diversidade nas escolas do nosso País?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Deputado Chico.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Complementando as indagações do pequenino e aguerrido PSOL e cumprimentando o velho companheiro de tantas lutas, Ministro Mercadante. Esta Mesa confirma a qualidade do Parlamento com seus representantes aqui. Isso é bom para a nossa educação.

Mas eu quero perguntar primeiro ao economista. Do ponto de vista do financiamento da educação, será que uma sangria importante como a dos pagamentos de juros e serviços da dívida, que consomem quase metade do Orçamento, tem que ser intocável, um dogma sobre o qual não se pode reavaliar nada, isso para garantir esse piso nacional irrenunciável?

A segunda indagação, Ministro Aloizio Mercadante, é bem pragmática: somos o país da Copa do Mundo e das Olimpíadas e 80% das unidades educacionais não



têm quadras esportivas. Como o Ministério encara uma política de massificação do esporte, para que ele não fique como está, inteiramente dominado por interesses meramente mercadológicos e promocionais, dos quais a FIFA é grande gerente e o COI também está nessa?

A terceira indagação tem a ver com a pergunta do companheiro Jean: no início de março foram aprovadas, no Conselho Nacional de Educação, as diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos. Como o MEC está focando isso?

Dizer que não se pode fazer o computador e esse mundo da Internet chegar ao aluno da escola pública sem antes isso e aquilo é um discurso elitista até. Agora, é rigorosamente verdadeiro o que diz o nosso Carlos Guilherme Mota. Quando vemos a capacidade do aluno médio brasileiro, a despeito do reconhecimento do ingresso no mundo da escola, significativo, que vem de anos, de operar questões simples da matemática e de leitura e entendimento de textos, chegamos à conclusão de que estamos muito atrasados.

Nesse fim de semana, tive uma experiência concreta: uma pessoa, geóloga, preparou um artigo para uma revista acadêmica. Tive acesso a esse artigo, porque uma pessoa das minhas relações estava fazendo a revisão, e fiquei impressionado com a deficiência no escrever. Vejam que é a canetinha ou o teclado do computador. Quer dizer, essa precariedade fundamental tem haver, sim, com a formação dos professores.

Como o MEC está pensando em enfrentar ou contribuir para superar essa idade da pedra lascada na formação de educação média do brasileiro, que reflete na desqualificação de mão de obra e mil outras coisas?

Por fim, quanto à democratização da gestão, qual a diretriz do MEC, sob a sua gestão, em relação à escolha de dirigentes de todas as unidades federais, aprofundamento da democracia, da eleição, lista tríplice? Isso, muitas vezes, aqui e ali, traz problemas, como trouxe no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, durante muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - A aguerrida bancada ainda precisa fazer uma complementação.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, a Associação Brasileira dos Editores de Livros Didáticos pergunta ao Ministro se S.Exa. sabe do atraso na



liberação da lista dos livros aprovados e quando ela será liberada, para que os professores façam as suas escolhas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Deputado Newton, a bancada ficou desfalcada de um terço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Mas cumpriu os cinco minutos regulamentares.

Com a palavra o Deputado Stepan Nercessian.

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Boa tarde.

Quero parabenizar V.Exa. e dizer que fico muito feliz com essa mudança ocorrida no Ministério até porque, por conhecer V.Exa., sei que uma das coisas V.Exa. vai nos poupar, que é prometer não inaugurar nada que não esteja pronto, para não termos a decepção, não só nós, mas a população como um todo, de receber, por exemplo, diversas creches sem a menor condição de atendimento.

Lamento também profundamente que o País não esteja preparado e aceito a justificativa de V.Exa. em relação à demanda da construção civil e as providências que estão sendo tomadas, mas também é lamentável saber que, por exemplo, temos uma creche no Estado de Goiás cujo convênio foi assinado em 2009. Hoje, em 2012, ela está com 40%, 45% concluída. Em relação à outra no meu Estado, em Angra dos Reis, que foi inaugurada pelo Ministro Haddad, pela Presidenta, imediatamente, conforme noticiado pela imprensa, foi usada mesmo para receber alunos de uma escola que entrou obras etc. Estão lá as crianças de 0 a 5 anos. Pelo tom de seriedade de V.Exa., sempre que esteve à frente de qualquer atuação política, acreditamos que vamos dar um grande passo adiante.

Da mesma forma, é lamentável que discutamos essa questão do piso salarial, que inclusive, Ministro, serve como desculpa para a má remuneração dos professores das escolas particulares, que se baseiam no salário do professor do ensino público para pagar muito mal. Quer dizer, não há professor ganhando bem neste País. É bom deixar isso claro porque parece haver uma ilusão de que o ensino público paga muito mal e as escolas particulares estão pagando muito bem. Isso é uma farsa. Elas estão cobrando muito bem, muito caro e remunerando muito mal seus professores.



Eu tinha feito alguns pedidos de informação a V.Exa. Até vão aliviar a Comissão porque eu vou até retirá-los, já que muitas questões foram respondidas aqui.

Em relação à questão do piso, há uma pergunta só: se há interesse de o Governo adotar o INPC como índice de reajuste e manter o atual índice previsto na lei do piso? Gostaria de saber se há uma posição do MEC em relação a isso até este instante. Eu teria muitas outras perguntas, Ministro, mas o senhor vê que, mesmo numa reunião de consenso, há o adiantado da hora formidável. Eu sei que não faltarão oportunidades de V.Exa. estar aqui em outras ocasiões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Obrigado, Deputado Stepan. Passo a palavra a S.Exa. o Deputado Luiz Noé, último inscrito.

O SR. DEPUTADO LUIZ NOÉ - Quero parabenizar o Deputado, Ministro, Senador, que fez uma carreira brilhante no Parlamento e conhece bem a nossa realidade. Quero parabenizar V.Exa. pela sensibilidade por trabalhar a questão do campo e da cidade. Tivemos uma evolução nesse programa e na educação ligada ao meio rural. Há a nucleação e depois o transporte escolar, mas é uma verdadeira violência. Por mais que essas crianças tenham o transporte escolar, ficam uma hora ou duas no transporte para chegar à sala de aula na cidade. Além disso, a cultura da cidade é outra cultura do homem do campo. Essas crianças, na maioria das vezes, pelo próprio ambiente em que vivem, sofrem uma discriminação. Quando o MEC pensa em trabalhar a questão das escolas no interior, no meio rural, está de parabéns por isso.

Outra atitude é a questão do tempo real, da vida real na sala de aula. Se na sociedade, hoje, por mais atraso que tenhamos, você interage e cada vez mais se torna digital, é inadmissível que tenhamos em sala de aula a questão do quadro-negro e do pó de giz. Por mais que tenham os professores o piso salarial, é uma questão de convivência, de mundos. Um dos motivos que torna a sala de aula não atrativa é isso que ela vive no seu dia a dia. A própria informação, por mais simples que ela tenha, ela vive o mundo digital e, quando chega na sala de aula, o mundo ainda é analógico, anterior.



A minha consideração para o senhor é, em primeiro lugar, que temos o PL nº 7.639, que reconhece as universidades comunitárias, que são as que não são públicas nem privadas, mas que têm uma defesa, uma participação muito grande na educação do Brasil, chegando em torno de 20%. No Rio Grande do Sul, elas chegam a aproximadamente 70% da formação do nível superior. Tínhamos encaminhado ao Ministro Haddad a questão da renegociação e a ampliação dos débitos com o Governo para ampliar ainda mais o número de vagas do PROUNI. O nosso Secretário Paim tem acompanhado isso bastante, a equipe está inteirada desse assunto.

Uma das questões que considero para a sua sensibilidade é com relação à expansão dos cursos técnicos. O que está acontecendo onde a escola técnica está atuando? Aquilo que aconteceu com as universidades há algum tempo. Muitas vezes, o aluno não consegue frequentar a sala de aula ou os cursos de período de férias por não ter as condições de alimentação ou moradia, a casa dos estudantes, os refeitórios, o que as universidades federais têm.

No Rio Grande do Sul, temos cursos, por exemplo, que são voltados para o agricultor rural e para os assentados, mas os filhos dos assentados não conseguem a qualificação, que é gratuita, de qualidade, por não terem condições de pagar, no mercado imobiliário, a moradia na cidade onde está alojada a unidade.

Então, uma das preocupações para o senhor ter para a sua equipe é que, quando formos fazer a expansão do ensino técnico, também se leve em conta a questão da moradia do estudante, assim como uma demanda muito grande, que é a questão da equiparação de carreiras dos servidores das escolas técnicas com a questão das universidades também, principalmente o plano de carreira e de progressão desses novos trabalhadores de educação das escolas técnicas que estamos expandindo, que é um programa maravilhoso. É só levar em conta essa questão social e a questão dos trabalhadores dessas instituições.

Seria isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Muito obrigado, Deputado.

Convido todos para que, na semana que vem, possamos ouvir a Ministra Ana de Holanda.



Eu quero passar a palavra, para suas considerações finais e despedidas, ao Exmo. Sr. Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Educação.

Já são 3h15min.

O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE - Garantiram-me que terminaria 1h. Eu tenho um almoço com a Ministra Miriam Belchior, que está me esperando. Eu disse a ela que a 1h30min estaria lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - É a sua experiência no Parlamento.

O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE - Eu achei que a nova geração era mais rigorosa no tempo, mas é parecida com a antiga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - É que V.Exa. já esteve do outro lado várias vezes.

O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE - É verdade, principalmente questionando Ministros durante muitos anos.

Deputado Izalci, primeiro quero dizer que sou testemunha do seu empenho na agenda de ciência, tecnologia e inovação, não só pelo que fez na Secretaria do Estado, mas também por seu interesse nessa agenda. Eu fiquei particularmente admirado por V.Exa. ter colocado a sua emenda pessoal, basicamente, no instituto do Ministério, o IBICT, que hoje tem 200 mil teses acadêmicas digitalizadas. Quer dizer, qualquer tese de doutorado ou mestrado está lá, disponibilizada em português. Temos 2,5 milhões de acessos por ano, o que é outro universo que vamos colocar também no *tablet* do professor, no ícone do portal das teses. São 200 mil teses digitalizadas. O histórico passado está sendo digitalizado. Daqui para frente, tudo será digitalizado. Todas as teses que passam pelo CNPq, CAPES e pelas principais universidades imediatamente vão para o portal, que está bem atualizado. Vocês podem entrar lá. Para todas as áreas do conhecimento, há 200 mil teses acadêmicas digitalizadas, o que é outro instrumento para os professores poderem crescer. Por isso que insisto que a TI é um instrumento pedagógico de nova qualidade.

Na questão da banda larga, nós conseguimos, com aquele acordo que fizemos acabando com o posto de serviço, o compromisso das operadoras de colocar 2 megas nominais em todas as escolas, o que é pouco, mas é um começo.



Nós temos agora o 3G, que é outra possibilidade também. No *tablet*, nós vamos tentar fazer acordo com as Prefeituras para elas assumirem o custeio do 3G, uma assinatura básica, e tentar ver se conseguimos fazer um acordo também com as operadoras para esses *tablets* dos professores, com uma tarifa mínima, para poder viabilizar, o que facilita o acesso.

A RNP, que V.Exa. conhece bem, a Rede Nacional de Pesquisa, que é uma OS do Ministério de Ciência e Tecnologia... Nós aumentamos fortemente a capacidade de banda de todas as universidades e institutos de pesquisas federais do País. Nós estamos chegando com 100 gigas nas grandes universidades e 1 giga nos institutos de pesquisas, aumentando fortemente. No ano passado, nós investimos 186 milhões de reais. Eu acho que esta Comissão poderia pensar também em emendas de Comissão, para o ano que vem, para fortalecer a RNP, um instrumento muito importante, porque chega com fibra ótica. Dali também se pode fazer também para as escolas de ensino básico, mas o foco são as universidades, institutos federais de pesquisa e as universidades particulares.

Em relação às metas, eu me comprometo a levar lá para podermos fazer essa discussão.

Em relação a executar o orçamento do MEC, esse risco não existe. No ano passado, executamos 99,9%. Então, o problema não é esse. Pode pôr, porque temos demandas, projetos e velocidade para executar. Nesse ponto nós não temos alternativas.

O Deputado também entrou num tema que a Deputada Fátima Bezerra tem um papel extraordinário. Acho que esta Comissão pode ajudar muito. Quero lembrar do salário mínimo. Havia muita polêmica no salário mínimo. Eu me lembro de que toda vez que íamos votar o salário mínimo, a Oposição — quando nós éramos Oposição nós fazíamos isso, e a Oposição de hoje também fez isso — colocava um valor extraordinário. O Governo dizia que não podia e só no ano de eleição que dava mais um pouco. Era um tumulto institucional e uma desorganização completa. Chegamos a um entendimento com todas as centrais sindicais: é PIB mais INPC. Temos tido um reajuste forte do salário mínimo, mas estabilizamos. Na época, também diziam que quebraria o País, que não seria possível para as microempresas. Muito pelo contrário: vinte e sete bilhões de reais entraram na



economia, criamos um mercado de consumo de massa, e o País tem um instrumento de distribuição de renda. Então, acho que, com o piso, esta Comissão pode contribuir muito para chegarmos a este acordo.

Quanto à expansão dos institutos federais, na visita que fiz a Natal, o Reitor falou: *“Olha, os institutos federais aqui têm o DNA da Deputada Fátima Bezerra.”* A mãe é ela; o pai ele não me disse quem era, mas a mãe eles disseram que era a Fátima Bezerra, e é verdade. Tínhamos dois e fomos para 19 institutos federais. Por isso que eu falei que, quando ela chega ao Ministério, o Arnon liga, preocupado com o Tesouro, porque tivemos uma expansão extraordinária. Ela já apresentou a lista e vai por ordem alfabética das cidades agora e já não faz mais só por espaço do Estado. O trabalho dela nesta Comissão, em torno da educação, foi muito importante.

Agora, para continuar a expansão, tem que ter qualidade. Não adianta só inaugurar *campus*. Temos que ter qualidade. Por exemplo: no Ministério da Ciência e Tecnologia, dobramos o PROINFRA para 400 milhões de reais exatamente para dar equipamento para os laboratórios dessa rede que foi expandida. Então, além de expandir, temos de assegurar a qualidade, porque a qualidade continua concentrada. Se V.Exas. pegarem os custos níveis 6 e 7 da CAPES, verão que estão praticamente nas Regiões Sudeste e Sul. A qualidade tem que avançar no conjunto do sistema. O Nordeste tem 27% da população brasileira, 13% do PIB, tinha 1,9% da pós-graduação e hoje tem 10%. Estamos chegando a um patamar do PIB, mas precisamos chegar ao patamar da população, 27%. É preciso continuar expandindo, mas temos de garantir a qualidade, que é muito importante.

Em relação à Mesa, nós vamos instituí-la. Eu me comprometi com o Secretário de Educação e hoje vou almoçar com a Ministra para iniciarmos a discussão, a negociação da carreira, que inclui FASUBRA, os IFES, os institutos federais e as universidades. Há uma agenda. Como perdemos o Duvanier, que era a pessoa responsável por toda essa negociação, foi uma perda muito grande, porque ele tinha memória e estava à frente disso e está sendo substituído. O Sérgio Mendonça será o Secretário dessa área de RH. Precisamos restabelecer a negociação para esse tema que é tão sensível. Queremos nos esforçar para concluir a negociação ainda em março, apesar desse atraso.



Em relação a línguas, há uma demanda. Ainda é a Fátima? Estamos com um projeto do MEC. Inclusive, faremos um *workshop* agora, no dia 26, para todas as cidades que vão ser sede da Copa, dando prioridade no ensino, mas o projeto é nacional. As universidades federais deverão dar cursos nas férias para os alunos que vão para o Ciência sem Fronteira ou para os alunos que têm interesse de ir, que são todos com mais de 600 pontos.

Uma coisa interessante também é que várias embaixadas estão oferecendo agora bolsas de estudo para curso de línguas. Vou fazer uma reunião agora com os embaixadores, o Reino Unido já fez. Está havendo uma oferta de línguas exatamente para essa população estratégica, que é o Ciência sem Fronteira. Elas estão oferecendo cursos e querendo participar da nossa construção.

Vamos, primeiro, concluir a distribuição de *tablets* este ano para os professores de ensino médio, consolidar, porque temos de formar — isso foi bem colocado aqui — o professor, pelo menos o curso básico de TI ele tem que fazer. O curso possui três níveis e são 360 horas, mas o curso básico ele precisa fazer. Não temos pernas para fazer para 2 milhões de professores. Dessa forma, temos que escolher onde é mais importante.

Acho que o tema da evasão no ensino médio foi levantado pelo Deputado Rogério Marinho. É por isso que estamos começando pelo ensino médio, onde temos mais problema de evasão, onde precisamos melhorar o mais rapidamente a qualidade do ensino e onde há mais deficiência de professores de matemática, física e química, porque não tem disponível. Temos um déficit de mais de 170 mil professores.

Então, precisamos fazer esse esforço nesta área.

Jean Wyllys, eu queria dizer que é muito bom vê-lo Deputado. Eu me lembro de uma vez que você veio nessa fazer uma visita aqui na sala e falou assim: “*Eu quero dizer que não tenho relação com nenhum partido, não faço parte de nenhum projeto, eu só quero discutir tal tema*”. Eu falei: mas você devia fazer. Você é talentoso. Você ganhou um público na sua exposição, você trás uma bandeira moderna, contemporânea. Escolha um partido e venha contribuir. Então, fico muito feliz de você ter se filiado e estar num partido aguerrido, combativo, como disse meu antigo companheiro Chico Alencar. Se bem que às vezes ele tem que fazer um



esforço tremendo para ser mais aguerrido, porque ele concorda muito com as coisas que nós estamos fazendo e que eu estou falando principalmente. De qualquer forma, ele já está com cabelo branco, mas com essa juventude que lhe é inerente e essa combatividade ancestral.

Em relação à fiscalização da qualidade, você tem toda razão. Nós temos a avaliação da qualidade, que é o IDEB, a Prova Brasil, que são indicadores. Nós queremos aprimorar, colocando ciências, mas nós vamos ter que fazer um outro tipo de fiscalização porque para o ensino superior privado nós temos a supervisão. Então, nós vamos avaliar inclusive as condições da escola, corpo docente, estrutura etc. Nós precisamos fazer isso para o ensino básico também. É um desafio muito grande. Estamos falando de mais de 170 mil escolas no Brasil, mas nós precisamos fazer isso porque você não pode exigir de um aluno que está numa escola arrumada, que tem todas as condições, está num bairro de excelência a mesma coisa de outro que mora na periferia, que tem todas as precariedades. Então, temos que olhar. Para ter uma escola que democratize a oportunidade ou, no caso da minoria combativa, que socialize as oportunidades, nós temos que ter um certo padrão de igualdade. Acho que esse é um trabalho que não temos resolvido.

Você tem toda razão em relação ao analfabetismo funcional. Nós temos os dados. Agora, o dado mais grave é aquele que eu disse. Praticamente, no Nordeste, quase um terço das crianças não são alfabetizadas até 8 anos de idade. Agora, se o Paraná é 4,9, se Santa Catarina é 5,1, por que não levamos para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste um padrão como esse?

Então, alfabetizar na idade certa tem esse foco: formar os professores, produzir material didático, colocar monitor, fazer a gestão pedagógica e fazer um grande mutirão. Se a gente alfabetizar e dominar as primeiras contas, todo o sistema vai melhorar. Se não, lá na frente ele chega com as dificuldades que você está sentindo na sala de aula.

Em relação à questão da inclusão, nós temos para a educação inclusiva e para a diversidade um programa de formação docente continuada em toda a rede. Nós temos a produção de materiais por meio do Plano Nacional de Livro Didático e do PNDE e os temas são: relações étnico-raciais, direitos humanos, juventude, história e cultura indígena, campo, quilombola, sustentabilidade socioambiental.



Agora, deixe-me dizer, com toda franqueza, o que eu acho mais importante sobre esse assunto.

Nós temos crianças na rede escolar que vão para casa envergonhadas, humilhadas, muitas vezes são objeto de violência e agressividade e de todo tipo de discriminação. Uma das razões é a homofobia.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Posso lhe dizer porque fui vítima disso quando aluno.

O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE - Eu imagino e sei da tua militância.

Você sabe o quanto isso representa na história das crianças. Temos casos em que as crianças chegam ao suicídio por total incompreensão e por não saberem lidar com essas situações.

Eu não acredito que nós vamos enfrentar essa situação fazendo o enfrentamento simplesmente da homofobia e radicalizando posições que, longe de contribuir, vão acirrar o conflito na sala de aula. Quando nós, aqui no Congresso Nacional, escalamos o tom desse debate, numa linha de intransigência e polarização, quem vai pagar essa conta são as crianças mais frágeis que estão lá na ponta do sistema.

Nós precisamos fazer uma pesquisa mais cuidadosa e mais aprofundada sobre como construir um diálogo que respeite a diversidade em todas as suas formas, a pluralidade, o respeito à diferença, uma cultura de tolerância. Como mediar os conflitos sem violência? Devemos aprender a lidar com o conflito através do diálogo, da racionalidade e da mediação. Então, nós precisamos construir essa cultura na escola. Há todo um esforço nessa direção. Para construir essa cultura, nós vamos ter que estudar mais fundo a homofobia e como dialogar, porque o enfrentamento direto não vai ajudar. Se eu acreditasse, pode ter certeza, que lançar um material didático, simplesmente produzir vídeo e lançá-lo na escola, que isso resolvesse, nós estaríamos fazendo; mas não vai resolver. Só com o clima que nós criamos, não se chegou lá embaixo. Aqui, no âmbito do Congresso Nacional, longe de contribuir, acho que isso acirrou posições.

Estou aberto a sugestões. Temos um edital para produção de livros nessa direção. Não está atrasado, as publicações vão ser feitas, há pesquisa e material



feitos, mas nós vamos ter de aprofundar essa reflexão: o respeito à adversidade, à pluralidade, à tolerância, o respeito ao outro e criar uma escola que tenha uma cultura de paz e tolerância.

Acho que este é um grande desafio. É preciso, no caso, até uma reflexão teológica sobre o que isso representa, um diálogo no sentido de uma reflexão teológica, o que representa. Eu respeito a diferença, a tolerância e a construção desses valores. A escola tem de ser esse espaço.

Estamos muito preocupados em tratar dessa agenda com todo o cuidado, com toda a mediação, com todo o desafio que nós temos. Espero que o Congresso contribua para isso.

Dívida pública. Nós chegamos a ter reajuste na taxa interna de juros de 45% um dia, num passado recente. Estamos hoje com taxa de juros de um dígito: 9.75. Quando o Brasil lança um título no mercado internacional hoje, o *spread* do Brasil, o Risco País, é menor que boa parte dos países da Europa, menor que a Itália, por exemplo, como aconteceu há um mês.

Houve, então, um grande avanço, do ponto de vista da política macroeconômica: nós temos hoje 360 bilhões de dólares de reservas cambiais. O Brasil hoje é um país credor. Emprestamos hoje recursos para o FMI, para ajudar outros países, inclusive os da Europa. Queremos mudar a concepção e o estatuto do FMI — temos lutado por isso —, mas houve grande avanço nas contas externas e nas contas públicas.

A dívida pública do Brasil, que era 65% do PIB — a dívida líquida —, é hoje 36%. O Brasil está se desendividando internamente. E, ao se desendividar e exigir um esforço fiscal para cumprir a meta de superávit primário — o Governo do Presidente Lula e da Presidente Dilma trabalharam nessa direção —, a taxa de juros cai sustentadamente. Se pegarmos 9.75, com inflação de 5.5%, nós chegaremos a uma taxa de juros real ainda alta, mas caindo consistentemente.

Quero particularmente parabenizar a gestão do Presidente Tombini, porque quando ele reduziu a taxa de juros lá atrás, o que vários analistas e boa parte da imprensa publicou, é que a inflação ia fugir do controle. Aqui no Congresso várias intervenções diziam que era uma temeridade em relação à inflação. Mas a análise do Banco Central estava correta. O problema fundamental era a desaceleração da



economia mundial, os preços iam entrar numa trajetória de queda, e os juros caíram, a inflação não só subiu como caiu e tem espaço para continuar caindo, de forma segura e sustentável. Então acho que esse é um tema fundamental para o financiamento.

Não acredito que um calote na dívida pública resolveria essa questão. O Collor tentou, e nós vimos o que aconteceu, porque na dívida pública está o capital de giro das empresas, está a poupança das famílias, está todo um conjunto de riqueza do qual não conseguimos separar capital especulativo do movimento real da economia. O caminho é mais longo, mas é mais sólido. Acho que é consistente e sustentável a evolução que as finanças públicas no Brasil tiveram e estamos tendo.

Em relação aos esportes, o senhor tem toda a razão. Disse aqui que nós estamos fazendo uma parceria com os Ministérios do Esporte e da Defesa, para tentar colocar toda a estrutura esportiva que temos disponível no País a serviço do território escolar. Ou seja, como podemos abrir os clubes, os quartéis e todos os espaços para um grande programa de esportes. Podemos usar a Copa e as Olimpíadas para criar esse espírito olímpico nas escolas. Talvez a herança mais importante que temos para deixar para o futuro dos nossos jovens não é um novo estádio de futebol, ou se ficou pronta ou não, em que tempo a linha de ônibus. Mas é uma atitude diante do esporte com a Copa e as Olimpíadas. Eu vou mais longe.

Estamos trabalhando a ideia — ainda não está acabada, não está pronta e não é fácil — de criar uma olimpíada educacional que incluiria esportes. Vamos pegar, por exemplo, a Olimpíada de Matemática, que tem 18 milhões e 700 mil jovens participando — todas as escolas que quiserem participar é só se inscreverem, porque a de Matemática estará aberta até o final deste mês. A Olimpíada de Português será lançada ainda este mês, no dia 19, em São Paulo. Haverá um ato lançando a de Português, e também a de Ciências. Então nós integraríamos todas essas olimpíadas numa única olimpíada educacional para, em 2016 — quem sabe o Brasil podia ser sede da primeira olimpíada educacional internacional, ou seja, junto com a olimpíada de esportes, a paraolimpíadas —, fazer uma olimpíada dos jovens da educação, conhecimento e esportes. Vamos tentar criar essa agenda a médio prazo. É um sonho, não é uma coisa simples, mas tem



de começar algum dia. As olimpíadas começaram há séculos, e nós precisamos começar as olimpíadas educacionais.

Estamos construindo quadras esportivas. Nossa meta é construir seis mil novas quadras esportivas e quatro mil cobertas: 550 mil reais a quadra coberta e 250 mil reais a quadra. Romeu esteve comigo numa visita que fizemos. O valor da quadra poliesportiva coberta é 550 mil reais.

Estão dizendo que eu preciso encerrar, porque a Presidenta Dilma Rousseff e a Ministra Miriam Belchior estão me esperando lá. Desculpem-me, mas eu preciso ir embora.

Último ponto: democratização.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE - Quinhentos e cinquenta mil o preço da quadra poliesportiva coberta.

Estive, por exemplo, com Romeu cobrando do Governador... Eu disse: oferecemos 400 quadras. Por que vocês não pegaram? Isso não pode acontecer. Temos de trabalhar em parceria e isso é uma coisa que é preciso acelerar.

Uma das dificuldades é que, às vezes, as escolas não têm espaço para a construção de quadras. Elas não foram pensadas no passado. Temos de repensar, não basta só oferecer. Tem dinheiro, está aberto o edital, fizemos muita coisa nessa direção e estamos alcançando as metas.

Quanto à democratização da gestão, o senhor tem toda a razão, tem de ser democrática. Mas acho que nós temos de ter um certo padrão de exigência em relação ao gestor.

O diretor da escola não pode ser indicado por ninguém. Deve ser escolhido pela comunidade, mas dentro de um padrão de certificação que aquele que vai disputar tenha habilitação básica para administrar uma escola. Porque se for só pela simpatia, só pela relação, às vezes é um desastre, do ponto de vista pedagógico e educacional — e demora depois para mudar. Acho que tem de ser uma escolha democrática, mas teríamos de criar algum nível de certificação, para que a pessoa se habilite antes de disputar, sabendo que ele conhece gestão, tem os valores, conhece a legislação, as medidas, as providências, como é que aciona, porque o custo de errar nisso é muito alto. Agora, a solução para isso não é o Deputado



indicar, o Prefeito colocar o amigo — em geral a mulher do Prefeito conhece quem ela quer pôr —, e por aí. Deve ser um processo de gestão democrática com qualidade e com certificação. Acho que podemos chegar a entendimento sobre isso.

Deputado Stepan, primeiro também...

O SR. DEPUTADO STEPAN NERCESSIAN - Abro mão da resposta de V.Exa.

O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE - Não, não, não. Faço questão. Afinal de contas, eu vi V.Exa. tantos anos na televisão, encantando este País, é minha obrigação reconhecer e devolver.

Primeiro, em relação às creches, pedi um dado e vou passar a V.Exa. A primeira creche inaugurada no Brasil foi de uma Prefeitura do PPS, no Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso.

Temos mais umas oito creches concluídas, e já em funcionamento, nos Municípios de Carangola e de Manga, Estado de Minas Gerais; nos Municípios de Quintal do Sul e de Ubiratã, Estado do Paraná; nos Municípios de Guaraci, Mineiros do Tietê e Sertãozinho, Estado de São Paulo — todas Prefeituras do PPS. No Município de Cromínia, Estado de Goiás, a obra está atrasada 60 dias, segundo o SIMEC; no Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, o atraso é de 86 dias, segundo também o SIMEC. Ou seja: tem Prefeito que concluiu, vários Prefeitos construíram dentro do ritmo e já terminaram, e tem Prefeito que está atrasado.

Agora, esse atraso é um problema real na ponta. É um problema real! O ritmo da construção civil está muito sobrecarregado e os Prefeitos não conseguem performar.

Estamos buscando, como disse, grande esforço para desenvolver novos métodos construtivos, porque não há muita opção no Brasil. O INMETRO está fortemente trabalhando conosco para resolver essa situação. Agora, a creche...

(Não identificado) - Ministro, quando não, algumas empresas quebram.

O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE - A creche de Angra foi inaugurada com todas as condições. A creche está pronta, totalmente completa. Eu mostrei as fotos aqui e vou mandar a V.Exa.; está totalmente pronta. Mas acontece que o Prefeito foi fazer reforma na escola ao lado e colocou, em parte do tempo da



creche, os alunos lá. Acontece isso na rede, mas evidentemente que a creche não é feita para isso.

Qual a dificuldade do MEC? A dificuldade do MEC é que não somos nós que administramos a rede. A Constituição só nos dá a prerrogativa de financiar, dar assessoria técnica e fazer as parcerias, mas nós cobramos do Prefeito esta exigência.

É bom aproveitar essa advertência para falarmos para toda a rede: a creche e a pré-escola são destinadas às crianças daquela faixa etária. Por quê? Porque para uma criança, de 4 ou 5 anos, o atraso de um semestre é decisivo; de um ano, é o tempo que ela deveria estar, às vezes, na pré-escola ou na creche. Então é preciso respeitar esse esforço e o papel estratégico dessas coisas.

Por último, em relação... Não é trator da escola rural, mas nós vamos lançar o PRONACAMPO agora, ainda no mês de março. Está pronto o programa. Também concordo integralmente com a escola em tempo real levantada por V.Exa. E vamos estudar a expansão do PRONATEC, como fazemos isso, pensando em alojamento e em assistência estudantil, porque realmente é um problema para as famílias mais pobres. Difícil é que temos orçamento com poucos recursos para todos esses desafios pela frente.

Quero agradecer a todos os Parlamentares e mais uma vez dizer que o nosso Ministério está aberto a todos. Farei o despacho na sede da Liderança do Governo, para facilitar o diálogo permanente e a valorização do Parlamento.

Um bom dia, muito obrigado, e até a próxima. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Newton Lima) - Muito obrigado, Ministro. Agradeço a V.Exa., em nome dos Deputados Lelo Coimbra e Angelo Vanhoni, os 200 minutos de riquíssimo debate sobre o papel da educação no Brasil.

Muito obrigado a todos.

Está encerra a presente reunião.